



**CENTRO UNIVERSITÁRIO
MOURA LACERDA**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
MOURA LACERDA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
BACHARELADO EM DIREITO**

RIBEIRÃO PRETO – SP

2018

SUMÁRIO

PARTE I - DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	1
1. DA MANTENEDORA	1
2. NOSSA HISTÓRIA	1
3. MISSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA	3
4. VISÃO.....	3
5. INSERÇÃO REGIONAL	3
6. DAS UNIDADES	8
 PARTE II - CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO	 10
1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	11
1.1. Princípios Norteadores	11
1.2. Contexto Educacional	14
1.3. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso	15
1.4. Objetivos do Curso.....	16
1.5. Perfil Profissional do Egresso.....	17
1.6. Estrutura Curricular	18
1.6.1. Representação Gráfica do Perfil de Formação	21
1.6.2. Dimensionamento da Carga Horária das Unidades de Estudo - Matriz Curricular	22
1.6.3. Conteúdos Curriculares	24
1.7. Metodologia	62
1.8. Estágio Curricular Supervisionado	63
1.9. Atividades Complementares.....	66
1.9.1. Oferta Regular de Atividade pela IES.....	66
1.10. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	69
1.11. Apoio ao discente.....	70
1.12. Ações Decorrentes dos Processos de Avaliação do Curso	72
1.13. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) no Processo de Ensino-Aprendizagem.....	73
1.13.1. Disciplinas Semipresenciais	75
1.14. Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino-aprendizagem	76
1.14.1. Avaliação Institucional	78
1.15. Ações Decorrentes do Processo de Avaliação do Curso	79
1.15.1. Políticas de Acompanhamento de Egressos	80
1.16. Organização e Controle Acadêmico	81
1.16.1. Secretaria Geral	82
 2. CORPO DOCENTE	 84
2.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)	84
2.2. Atuação do Coordenador do Curso	85
2.3. Experiência Profissional, de Magistério e de Gestão Acadêmica da Coordenadora do Curso.....	86
2.4. Regime de Trabalho e Carga Horária da Coordenadora do Curso.....	86
2.5. Titulação do Corpo Docente do Curso.....	87

2.6.	Titulação do Corpo Docente do Curso (percentual de doutores)	88
2.7.	Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso	89
2.8.	Experiência Profissional do Corpo Docente.....	89
2.9.	Experiência de Magistério Superior do Corpo Docente	89
2.10.	Funcionamento do Colegiado do Curso.....	90
2.11.	Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica	91
2.12.	Articulação do Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado de Curso com os Colegiados Superiores da Instituição	92
3.	INFRAESTRUTURA.....	94
3.1.	Gabinete de Trabalho para Professores Tempo Integral – TI.....	95
3.2.	Espaço de Trabalho para Coordenação do Curso e Serviços Acadêmicos	96
3.3.	Sala dos Professores	97
3.4.	Salas de Aula	97
3.5.	Acesso de Alunos a Equipamentos de Informática	97
3.5.1.	Laboratórios de Informática(Apoio)	98
3.5.2.	Recursos de Informática na Área Administrativa	99
3.6.	Biblioteca	99
3.7.	Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas	100
3.8.	Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades de arbitragem, negociação e mediação	102
3.9.	Plano de Promoção de Acessibilidade e de Atendimento Diferenciado a Portadores de Necessidades Especiais (Decreto nº 5.296/04 e Decreto nº 5.773/06). Infraestrutura Planejada para Portadores de Necessidades Especiais	102
3.10.	Equipamentos de Segurança.....	104
3.11.	Normas e Procedimentos de Segurança	104

PARTE I - DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

1. DA MANTENEDORA

Nome da Mantenedora: Instituição Universitária Moura Lacerda

Nome da Mantida: Centro Universitário Moura Lacerda

Endereço: Rua Padre Euclides, 995 – Campos Elíseos - CEP 14085-420 – Ribeirão Preto-SP

CNPJ: 55.985.782/0001-57

Site: <http://www.portalmouralacerda.com.br/>

Data de Publicação no D.O.U: Portaria nº 2.697, de 29 de julho de 2005 (DOU de 02/08/2005 – Seção I – p.8)

2. NOSSA HISTÓRIA

Reconhecida nacionalmente pela formação acadêmica que oferece a seus alunos, pelo corpo docente qualificado e modernos recursos tecnológicos, a Instituição Universitária Moura Lacerda faz história na educação deste país.

Sua origem remonta a 1923, quando nasceu a Escola de Commercio Rui Barbosa, criada com o objetivo de ser uma escola unidade de ensino que formasse pessoas capazes de enfrentar a realidade do comércio local. Em 1927, Oscar de Moura Lacerda, que já era integrante da escola desde sua fundação, assumiu a direção, tornando-se seu proprietário no início de 1928, dando-lhe a denominação de Instituto Comercial de Ribeirão Preto, o qual era instalado à Rua Duque de Caxias, no centro da cidade.

Posteriormente, o Instituto Comercial de Ribeirão Preto passou a denominar-se Instituição Moura Lacerda, sendo transferida para as instalações da Rua Barão do Amazonas, onde ficou até 1929, quando foi para a Rua Duque de Caxias. A Instituição Moura Lacerda é considerada pioneira na interiorização do ensino superior, devido à criação do Curso Superior de Administração e Finanças, por meio do qual surgiu, em 1932, a Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto, o segundo curso de Ciências Econômicas do país e primeiro do Estado de São Paulo. Em 1935 foi criado o Ginásio de Ribeirão Preto, em 1937 o Colégio Moura Lacerda, em 1967 foi criado o Instituto Politécnico de Ribeirão Preto, em 1970 a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Em 1972 estabeleceu-se, definitivamente, na Rua

Padre Euclides (Unidade I, Sede), e ampliou suas instalações com as edificações erguidas no Campus Universitário (Unidade II, Campus Ribeirão Preto), cujo projeto arquitetônico é do arquiteto Oscar Niemeyer. A aquisição da Faculdade de Educação Física, em Jaboticabal, no ano de 1978, ensejou a construção do conjunto de suas novas instalações, inaugurado em 1983 (Unidade III, Campus Jaboticabal), em comemoração ao 60º aniversário da Instituição. Em 1981, houve a criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Ribeirão Preto.

Em 1992 foi instalado um regime de transição, no qual foram criadas as Unidades Escolares da Instituição Moura Lacerda, como parte do processo de reconhecimento para Universidade.

Em 1997 foi obtido o credenciamento para Centro Universitário, por meio de Decreto Presidencial, de 29 de outubro de 1997, publicado no DOU de 30 de setembro de 1997, seção 1.

Nesse mesmo ano teve início o programa de Avaliação Institucional do Centro Universitário Moura Lacerda, com o objetivo de compatibilizar os aspectos legais existentes com os de interesse geral da Instituição, produzindo instrumentos adequados para o desenvolvimento institucional e o atendimento aos procedimentos avaliativos fixados pelo MEC. Em 2004, todo o processo de Avaliação Institucional foi revisto, em virtude da criação do SINAES, com uma adaptação das metodologias, instrumentos e diagnósticos segundo as orientações contidas na Lei 10.861, de 14/04/2004.

A sistemática de Avaliação Institucional, em sua dimensão interna conduzida pela CPA, e na sua dimensão externa através dos resultados do ENADE e CPC, bem como dos relatórios das comissões de especialistas do INEP/MEC, tem se mostrado fundamental para o desenvolvimento da Instituição e, em especial nos últimos anos, para a retomada do crescimento do alunado.

A Instituição Universitária Moura Lacerda mantém, atualmente, vinte cursos de graduação nas diversas áreas do conhecimento, entre bacharelados (14) e licenciaturas (6), nove cursos superiores de tecnologia, nove cursos de Pós-Graduação *lato sensu* em Ribeirão Preto, e um curso de Pós-Graduação *stricto sensu*, o Mestrado em Educação, além de vários cursos de extensão e aperfeiçoamento. Oferece, ainda, por meio do Colégio Moura Lacerda, o Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio. Durante seus 95 anos de existência, a Instituição

vem servindo às comunidades em que está inserida, formando profissionais atuantes, por meio de suas três Unidades:

- **Unidade I – Sede – Ribeirão Preto:** Rua Padre Euclides, 995 – Campos Elíseos - CEP 14085-420 – Ribeirão Preto - SP
- **Unidade II – Campus Ribeirão Preto:** Av. Dr. Oscar de Moura Lacerda, 1520 – Jardim Independência - CEP 14076-510 – Ribeirão Preto/SP
- Fone: (16) 2101-2131 / (16)2101-2132 e fax (16)2101-2128
- **Unidade III – Campus Jaboticabal:** Av. Amador Jardim, 55 – Jardim Eldorado - CEP 14.887.104 – Jaboticabal SP

3. MISSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA

O Centro Universitário Moura Lacerda tem como missão o desenvolvimento, a difusão e o compartilhamento do conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Busca incessantemente motivar seus alunos e a comunidade para esse conhecimento, incentivando-os ao respeito à diversidade de pensamento, à livre expressão e ao pensamento crítico, oferecendo as bases sobre as quais construirão sua autonomia, cidadania e hábitos de aprendizagem permanente, assumindo a responsabilidade por suas ações pessoais.

4. VISÃO

Ser reconhecida como uma instituição de referência local, regional e nacional pela qualidade de oferta de ensino superior, fomentadora da aquisição de conhecimento, valores, competência e habilidades necessárias aos futuros profissionais cidadãos.

5. INSERÇÃO REGIONAL

A região de Ribeirão Preto é uma das mais ricas do Estado de São Paulo, apresentando elevado padrão de vida (renda, consumo, longevidade) e possui bons indicadores sociais de saúde, educação e saneamento, uma localização privilegiada, próxima a importantes centros consumidores, e acesso facilitado devido à boa qualidade da infraestrutura de transportes e comunicação; o município ainda abriga unidades de empresas multinacionais, tais como Coca-Cola, Nestlé, e 3M.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Ribeirão Preto é 0,8 – o que situa o município como de Desenvolvimento Humano Muito Alto (IDHM entre 0,800 e 1), sendo a dimensão longevidade a que mais contribui para o índice.

Ribeirão Preto é uma cidade que apresenta diversos atrativos para indústrias, prestadoras de serviços e profissionais liberais e é referência em saúde, educação e pesquisas. Além dos aspectos econômicos, a infraestrutura da cidade oferece opções em vida cultural e qualidade de vida, contando com museus, teatros, jardim zoológico, jardim botânico e parques ecológicos.

O município foi fundado em 19 de junho de 1856 e ocupa uma área de 650 km². Constitui um pólo de atração de atividades comerciais e de prestação de serviços, e de intensas interações socioeconômicas com os municípios da região nordeste do Estado. Reforçada por uma rede de transportes composta por extensa malha rodoviária, ramais ferroviários e importante aeroporto regional, Ribeirão Preto destaca-se como centro polarizador ultrapassando a região em que se insere em direção a outras regiões de governo, como as regiões de Araraquara, São Carlos, Franca, São Joaquim da Barra e Barretos, atingindo inclusive o sul do Estado de Minas Gerais e a Região do Triângulo Mineiro.

Alguns indicadores evidenciam Ribeirão Preto como uma cidade em pleno desenvolvimento: segundo o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM 2013), Ribeirão Preto estava na 18ª posição no Estado de São Paulo e na 25ª no Brasil, no que se refere a desenvolvimento municipal, tendo três vertentes básicas primordiais analisadas, Emprego e Renda, Educação e Saúde. Conforme estudo do IPC *Maps*, Ribeirão Preto passou da 28ª posição em 2009 para a 20ª posição em 2012 e para a 19ª posição em 2013, no ranking do poder de consumo dos 50 maiores municípios brasileiros.

A região é um dos principais polos universitários e de pesquisa do estado e do país, com destaque para as áreas médica, engenharia e tecnologia, ciências humanas e aplicadas, agronomia e veterinária, consolidando-se, assim, como um dos principais polos de geração de tecnologia e mão de obra qualificada do país.

Os excelentes indicadores econômicos e sociais do município ancoram-se em uma estrutura econômica forte e diversificada, destacando-se o desempenho da agricultura. A qualidade do solo - uma grande mancha de terra roxa - e do clima faz com que esta seja uma das principais regiões agrícolas do Estado de São Paulo e do país, caracterizando-se por uma

grande produção e por elevados níveis de rendimento das culturas, com destaque para a cana-de-açúcar, a laranja, a soja, o amendoim e o eucalipto.

Em relação à indústria deve-se destacar, primordialmente, a força da agroindústria que está muito relacionada ao desempenho do setor primário, sendo a região a maior produtora mundial de açúcar e álcool, estimulando o desenvolvimento de outros setores, como, por exemplo, o de máquinas agrícolas e equipamentos para usinas. Também se faz presentes na região, várias indústrias de suco de laranja, beneficiadoras de café, soja, amendoim, indústrias alimentícias, indústrias de ração, fertilizantes, configurando um amplo complexo agroindustrial na região.

Além da agroindústria, percebe-se a presença de outros setores industriais relevantes: o de equipamentos médico-odontológicos, farmacêuticos, calçadista e metal-mecânico. Assim percebemos que, Ribeirão Preto, sendo o centro de uma região privilegiada em termos econômicos, colabora com o desempenho econômico da região e é por este influenciado.

De acordo com a subdivisão regional da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento (SEP-SP), o Município de Ribeirão Preto está localizado na região nordeste do Estado de São Paulo e, é sede da Região de Governo e também da Região Administrativa que levam o seu nome, onde ambas abrangem o mesmo território, que é composto por Ribeirão Preto e outros 24 municípios, ocupando uma área de 9.348 km², correspondente a 3,7% do território paulista. A região abriga a Aglomeração Urbana de Ribeirão Preto, formada, por este e pelos municípios de Barrinha, Cravinhos, Dumont, Guataporã, Pradópolis, Serrana e Sertãozinho.

O primeiro grande ciclo de crescimento do município foi marcado pela chegada da cultura do café na região e a instalação da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro em 1873, que possibilitou o desenvolvimento de outras atividades ligadas ao comércio. A crise de 1929 impulsionou o aparecimento de novos cultivos e com isso o início de um novo ciclo de crescimento. Nos anos 70 a expansão da cana-de-açúcar marca um novo ciclo de crescimento econômico da região.

Ribeirão Preto possui uma localização privilegiada com articulação da rede viária regional pela via Anhangüera, uma das principais rodovia do estado que liga Ribeirão Preto com os municípios de Campinas e São Paulo prosseguindo para São Joaquim da Barra,

Triângulo Mineiro e Brasília, o que facilita o acesso de diferentes regiões do Estado e do país com forte ligação inclusive com o Estado de Minas Gerais. Outras rodovias interligam Ribeirão Preto a outros estados brasileiros como a Rodovia SP-334 (Cândido Portinari) e a Rodovia SP-326 (Brigadeiro Faria Lima) que ligam o município ao estado de Minas Gerais e a Rodovia SP-333 (Rodovia Dona Leonor Mendes de Barros/Rachid Rayes/Miguel Jubran), que dá acesso ao norte do estado do Paraná.

O município é atendido por uma linha tronco da Ferrobán, que liga, por meio de linhas férreas, Brasília ao Porto de Santos. Desde 1999 está em funcionamento a Estação Aduaneira do Interior, um porto seco para movimentar, armazenar, e emitir atestados fitossanitários. O Aeroporto Leite Lopes, que já possui autorização da Agência Nacional de Aviação Civil para operar com carga aérea internacional, se destaca como uns dos principais aeroportos do estado de São Paulo.

Inserir-se, na pujança da sexta região administrativa do Estado, a cidade de Jaboticabal, localizada a 60 km de Ribeirão Preto. O município, fundado em 1867, anteriormente denominado Pontal do Rio Pardo, conta com uma população flutuante de universitários, além de aproximadamente 71.000 habitantes fixos. A cidade está à margem esquerda do Rio Mogi-Guaçu. Sua economia constitui-se da agricultura, pecuária, indústria e comércio, além, é claro, da vocação para a educação, identificada pelo expressivo número de escolas que a cidade possui, tanto públicas quanto privadas. A cidade de Jaboticabal, em função da região administrativa em que se insere, e da proximidade com a cidade de Ribeirão Preto, consegue oferecer ótima qualidade de vida à sua população, aliando as vantagens das grandes cidades à dinâmica da vida tranquila que o interior pode oferecer.

Características Demográficas

Segundo dados da Fundação SEADE, em 2014 a população do município de Ribeirão Preto era de 638.796 habitantes, com densidade demográfica de 981 hab/Km² e grau de urbanização de 99,72%, medido pela razão da população urbana em relação à população total.

A maior concentração etária da população está na faixa entre 25 a 29 anos de idade, representando 10% do total, seguida pela população de faixa etária entre 20 a 24 anos (9%) e 30 a 34 anos (9%). A população com mais de 60 anos de idade corresponde a 13,80% do

total e a razão de sexos, índice que é calculado pelo número de homens para cada cem mulheres na população residente é de 92,43.

Emprego e Renda

O município é referência nacional do setor de serviços em saúde, tanto pela oferta abundante de serviços médicos, hospitalares e odontológicos, como pela presença de importantes centros de ensino e pesquisa nestas áreas e um número significativo de indústrias voltadas para a produção de equipamentos médicos, hospitalares, odontológicos, produtos farmacêuticos, veterinários e biotecnologia, setores de grande importância para o país.

O rendimento médio do trabalhador no município é de R\$ 2.223,05, segundo dados do SEADE 2013. O setor com maior rendimento médio é o setor de serviços R\$ 2.483,23, seguido pelo setor do comércio com R\$ 2.158,21 e da agricultura com R\$ 1.987,34.

Saúde

Segundo dados do IBGE (2010), o município possuía 319 estabelecimentos de saúde com atendimento ambulatorial total, sendo 64 estabelecimentos de saúde públicos, 255 estabelecimentos de saúde privados e 2.177 leitos. O Hospital das Clínicas, ligado a Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto, atrai um número grande de pessoas da região e do país em busca de atendimento médico, o que movimenta uma grande rede em serviços de apoio e comércio.

Educação

Segundo dados do IBGE (2012), no município de Ribeirão Preto eram 73.242 alunos matriculados no ensino fundamental, 25.843 alunos matriculados no ensino médio, 13.387 matriculados no ensino pré-escolar. Com relação ao ensino superior, segundo dados do INEP (2011), na Região Administrativa de Ribeirão Preto eram 39.954 alunos matriculados, sendo 10.019 alunos matriculados em instituições de ensino superior pública estadual, 29.935 alunos matriculados em instituição de ensino superior privado.

De acordo com o SEMESP (2011), na Região Administrativa de Ribeirão Preto os cursos presenciais mais procurados foram: Administração, Direito e Pedagogia. Na modalidade de ensino a distância o curso de Pedagogia liderou a procura entre os estudantes, seguido por Administração e Ciências Contábeis. Entre os cursos tecnológicos de nível superior, o mais procurado foi o curso de Gestão de Pessoal e Recursos Humanos:

Economia

A Região administrativa de Ribeirão Preto caracteriza-se como umas das principais regiões econômicas do país. O PIB do município de Ribeirão Preto, segundo dados do IBGE (2012), foi de cerca de R\$ 20 bilhões, o vigésimo oitavo maior do país, e o PIB per capita foi de R\$ 32.688,50.

Ao se analisar o valor adicionado dos setores, que é o quanto a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo, em Ribeirão Preto, segundo SEADE (2012), verificou-se que o setor de serviços é o que mais contribui com um equivalente a 83,87% do valor adicionado total.

Outro importante indicador da atividade econômica da cidade é o setor de imóveis. O ramo imobiliário em Ribeirão Preto responde por boa parte da geração de renda e empregos, sendo um dos destaques da economia da cidade nos últimos anos.

Setor de Tecnologia da Informação

A região de Ribeirão Preto pode ser considerada um pólo de Tecnologia da Informação. O segmento de software na cidade de Ribeirão Preto destaca-se pela existência do PISO (Pólo das Indústrias de Software). Atualmente os produtos dessas empresas destinam-se aos setores de aviação, turismo, sucroalcooleiro, e-commerce, instituições de ensino, operadoras de planos de saúde, administração hospitalar, logística corporativa e administração pública.

6. DAS UNIDADES

Unidade I – Sede – Ribeirão Preto

O edifício sede do Centro Universitário Moura Lacerda ocupa uma área de 18.000m², com 77 salas de aula, laboratórios de apoio para as várias áreas de conhecimento, além de 5 Laboratórios de Informática atualizados. Possui, ainda vários Núcleos de Atendimento Comunitário, atendimento jurídico e financeiro; espaço destinado ao Programa de Mestrado em Educação, e o Auditório “Ilka de Moura Lacerda”, com 200 lugares, devidamente provido de equipamentos para videoconferência e demais recursos audiovisuais, além de toda a infraestrutura técnico-administrativa necessária, e área de convivência apropriada ao corpo discente do Centro Universitário.

Nas imediações desse edifício sede, encontra-se localizada a **Biblioteca Central denominada “Josefina de Souza Lacerda”**, Rua João Ramalho, 508 - CEP 14085-040 – Ribeirão Preto-SP

Com uma área de 1.400m², a Biblioteca encontra-se totalmente informatizada, disponibilizando terminais para consulta ao acervo, consulta via Internet, além de convênio com os sistemas Comut e Ibict.

Nesse espaço, alunos e professores contam com salas de estudos em grupo e individuais, salas de leituras, guarda-volumes, sala de exposição, videoteca, hemeroteca, mapoteca, teses, dissertações e monografias, catálogos e guias. Na Biblioteca encontram-se disponibilizadas, também, a consulta informatizada e o sistema de empréstimo e assistência ao usuário, entre outros serviços.

Unidade II – Campus Ribeirão Preto

O Campus do Centro Universitário Moura Lacerda ocupa uma área total de 1.120.000 m², sendo 60.000m² de área esportiva e 45.000 m² de área construída, com 40 salas de aula, 02 salas de conferência, laboratórios de apoio para os cursos de Agronomia, Medicina Veterinária, Arquitetura, Engenharia Civil, Educação Física, Artes Visuais, Moda e os cursos Tecnológicos, 02 laboratórios de informática, 02 núcleos de atendimento comunitário, amplas áreas de convivência, 01 biblioteca setorial, 01 Hospital Veterinário, e, 01 Estação Meteorológica, além de áreas destinadas à cultura e experimentação agrícola, utilizadas pelo curso de Agronomia.

Unidade III – Campus Jaboticabal

O Campus de Jaboticabal do Centro Universitário Moura Lacerda, ocupa uma área total de 21.000 m², com 2.500 m² de área construída e 9.500 m² de área esportiva, com 11 salas de aula, 1 laboratório de Informática e laboratório de apoio para os cursos de Administração e Educação Física, além de 01 auditório, com capacidade de 70 lugares. Conta, também, com áreas de convivência, biblioteca setorial e atendimento financeiro ao aluno, além de uma ampla área desportiva.

PARTE II - CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

Informações sobre o Curso	
Atos Legais:	Portaria de Reconhecimento do Curso MEC nº2.343 de 11/08/2004 Resolução CEPEX 24/07, de 03/12/07 Resolução CEPEX 56/01 e Resolução Consu 74/01 Parecer favorável OAB Proc. no 652/99 – CEJ/CFOAB, DJ no 80E, seção 01, pag. 192, de 26/04/2000 Resolução Consu 22/98 Parecer favorável OAB Proc. no 532/97 – CEJ/CFOAB, DJ no 141, seção 01, 29/07/98 Resolução CEPEX 14/98; Resolução Consu 18/98
Turno de Funcionamento:	Noturno/ Diurno
Vagas:	160 vagas anuais
Regime:	Semestral
Tempo de Integralização:	Mínimo: 05 anos ou 10 semestres. Máximo: 07 anos e meio ou 20 semestres
Carga Horária Total:	3.750 horas
Local de Funcionamento:	Unidade I - Sede

1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.1. Princípios Norteadores

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito foi elaborado de acordo com os seguintes princípios:

a) Autonomia Institucional: o Projeto Pedagógico foi construído e implementado dentro do princípio de autonomia institucional (LDB 9394/96). Referida Lei possibilita às instituições elaborarem seus projetos pedagógicos, com ampla liberdade para interagir com as peculiaridades regionais, com o contexto institucional, com as demandas do mercado de trabalho e com as características, interesses e necessidades da comunidade.

b) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão: o tripé ensino, pesquisa e extensão favorece a formação profissional nas dimensões culturais, científicas e humanas. Todas essas dimensões se materializam no Curso de Direito através da associação e simbiose entre a Coordenadoria de Curso, o Núcleo de Prática Jurídica (e os setores a ele anexos), o corpo docente, os representantes do corpo discente e os Órgãos Colegiados e Núcleo Docente Estruturante (NDE). A Coordenadoria do Curso tem sob sua alçada os conteúdos do currículo do Curso de Direito de forma a garantir a sua exequibilidade segundo a concepção do Curso e sempre primando pelo aprendizado prático e acadêmico, de acordo com a realidade educacional nacional.

c) Graduação como formação inicial: a graduação é a primeira etapa na formação profissional do indivíduo, seja para aquele que pretende ingressar em uma carreira pública, seja para aquele que pretende atuar no mercado privado, seja para aquele que pretende seguir carreira acadêmica. O diagnóstico da problemática do ensino do Direito e a análise das dificuldades enfrentadas pelos jovens bacharéis, face a concorrência profissional acirrada, precederam ao planejamento do Curso de Direito do Centro Universitário Moura Lacerda. A globalização da economia, com a formação das comunidades internacionais, as inovações na anatomia e na fisiologia das megaempresas, a exaustão dos modelos familiares de administração, os novos horizontes do Direito nas áreas da conciliação, mediação e arbitragem, da proteção ambiental, a utilização cada vez maior de contratos inominados na esfera comercial, as atuais formas de terceirização, a proliferação cada vez maior dos microssistemas jurídicos, a iminente participação da sociedade no processo jurídico, exigem

sólida formação que permita solucionar os problemas decorrentes da dinâmica do ordenamento jurídico. Em tal planejamento, foram ponderadas as perspectivas detectadas, as propostas oferecidas pelo Conselho Federal da OAB e obedecidas as diretrizes curriculares definidas pelo Ministério da Educação, direcionando, o projeto pedagógico, na formação humana, social e jurídica do futuro profissional do Direito. É fundamental a formação do indivíduo, não somente técnica, mas sobretudo, o desenvolvimento intelectual e cultural do profissional de direito face a dimensão sociológica da aplicação jurídica e as novas tendências jurídicas de aproximação junto a sociedade.

d) Ética pessoal e profissional: as competências de natureza ética-moral devem constituir a concepção nuclear do projeto pedagógico do graduado em Direito, juntamente com as de natureza político-social, técnico- profissional e científica. Neste diapasão, as constantes mudanças na economia mundial, a globalização e a expansão de atividades baseadas em alta tecnologia, são fatores que exigem alguns requisitos fundamentais na formação do novo profissional: conduta ilibada, atuação profissional baseada sempre na ética e no cumprimento das leis, raciocínio rápido, adaptação à situações novas, flexibilidade, criatividade, autonomia, capacidade de tomar decisões, de comunicação social e capacidade de continuar aprendendo. Para vencer todos esses desafios, o Curso incorpora uma pedagogia fundamentada em uma concepção mais crítica das relações entre educação, sociedade e trabalho, desenvolvendo novas formas de aprendizado e modelos de práticas pedagógicas, a saber:

- Ajuda o aluno a incrementar o próprio processo de aprender, a ter controle sobre sua capacidade de processar informações;
- Cria condições para o desenvolvimento das capacidades de abstração e de reflexão sobre as atividades realizadas;
- Fortalece o exercício da cidadania;
- Desenvolve caráter de interdisciplinaridade do Curso;
- Utiliza a tecnologia de informação como suporte ou recurso pedagógico: televisão-vídeo, CD-ROM, multimídia, videoconferência e outros recursos; Utiliza métodos que propiciem o diálogo, favoreçam a autonomia e a transferência de aprendizagem, visando, não apenas ao aprender a fazer mas ao aprender a aprender e o aprender a ser;

- Efetiva o caráter teoria x prática do estágio supervisionado, de tal forma que o aluno use os conhecimentos adquiridos no Curso, nas atividades práticas;
- Assegura ao corpo docente a autonomia e o controle de seu próprio processo de trabalho;
- Adota procedimentos que visam à problematização dos assuntos tratados e à dissimulação de conhecimentos;
- Utiliza visitas técnicas objetivando aprofundamento da relação teoria- prática.

e) Ação crítica, investigativa e reconstrutiva do conhecimento: os docentes são orientados a guiar o aprendizado dos alunos com base em conceitos teóricos e práticos, sempre considerando a problematização e as questões mais atuais envolvidas no conteúdo de cada disciplina, como forma de possibilitar o crescimento acadêmico e o surgimento de apurado senso crítico no quadro discente.

f) Construção e gestão coletiva do projeto pedagógico: a implementação, a gestão, a avaliação e o acompanhamento do Projeto Pedagógico do Curso é realizado pelo NDE, e pelo colegiado do curso, que diagnosticam os problemas, definem as metas e ações para reformulação do mesmo, visando atender as mudanças do cenário, além da melhoria do Curso.

g) Abordagem interdisciplinar do conhecimento: a interdisciplinaridade é o diálogo entre as disciplinas; permite a percepção do saber em todas as suas dimensões, propiciando uma análise da realidade, o entendimento e a reflexão sobre os vários pensamentos, bem como as formas de agir nesta.

h) Indissociabilidade teoria-prática: teoria e prática se complementam, não existindo ação sem que haja reflexão, e reflexão deve gerar ação; a indissociabilidade teoria-prática se dá por meio da prática profissional, do estágio e das atividades complementares.

A coordenação atua sempre em consonância com o corpo docente, aliando o saber específico de cada um à proposta de novas dinâmicas em sala de aula. Visa-se proporcionar um ambiente melhor integrado, ressaltando o liame entre a teoria e a prática.

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), sob a coordenação da Profa. Ms. Soraia Cochoni Achicar, tem como objetivo propiciar ao aluno a prática dos atos processuais, por meio de várias atividades jurídicas. A esse núcleo estão vinculados o Escritório de Assistência Judiciária (EAJ) e o Anexo do Juizado Especial Cível.

O Escritório de Assistência Judiciária (EAJ) sob a supervisão da Coordenadoria do NPJ, conta com duas advogadas, Antônio Carlos da Fonseca Robazza e Fernanda Carneiro Bueno. O EAJ possibilita ao aluno uma atuação desde o atendimento ao cliente (triagem) até o acompanhamento integral do processo iniciado.

O Curso de Direito do CUML ainda dispõe do Juizado Especial Cível (Anexo Moura Lacerda), supervisionado pelo Diretor do Juizado Especial Cível da Comarca de Ribeirão Preto e professor do CUML, Roberto de Assis Matos e pelo juiz titular MM. Dr. Vinicius Rodrigues Vieira. Por meio dele o aluno consegue atuar e aprender desdeo atendimento da reclamação, reduzindo-a a termo inicial, protocolo, autuação do processo, designação de data de audiência de conciliação, instrução de citações e/ou notificações, participação efetivamente das audiências de conciliação e audiências de Instrução, estas presididas pelo juiz titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, MM. Dr. Lucio Alberto Enéas Silva Ferreira, também docente do CUML.

1.2. Contexto Educacional

Ribeirão Preto tem uma população estimada para 2018 de aproximadamente 680.000 habitantes, constituindo-se numa atrativa região para atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, além de um dos principais pólos universitários e de pesquisa do estado e do País, destacando-se como uma das principais cidades em relação à geração de tecnologia e mão de obra qualificada do país.

A região apresenta excelentes indicadores econômicos e sociais, com estrutura diversificada, onde se destacam o desempenho da agricultura, a força da agroindústria na produção de açúcar a álcool, o amplo complexo agro-industrial, além de vários outros setores industriais.

O desenvolvimento da região é intenso e, para acompanhar este processo, há uma crescente exigência do mercado, quanto à qualificação pessoal hoje, atuante, e de necessidades futuras de mão de obra, o que acarreta uma demanda crescente por vagas em cursos superiores.

O Centro Universitário Moura Lacerda, seguindo as políticas traçadas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e participando do desenvolvimento cultural,

educacional e sócio- econômico de Ribeirão Preto e região, oferece cursos de nível superior, como resposta às demandas da sua comunidade.

Desta forma, o curso de Direito vem atender à demanda por pessoal especializado, com conhecimento de nível superior, contribuindo com a formação de novos profissionais para o mercado de trabalho.

1.3. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito apresenta-se com a preocupação de refletir concretamente as políticas e objetivos descritos nos projetos das instâncias superiores da Instituição.

Dentro desses parâmetros, desenvolve-se uma política que garante aos coordenadores, representantes de seus Colegiados, fácil acesso aos órgãos superiores de modo a propiciar a perfeita integração, permitindo à gestão do curso a apresentação das demandas existentes, a colaboração nas estratégias de solução bem como, a aplicação concreta das Políticas Institucionais.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito teve como referência as dimensões do Projeto Pedagógico Institucional, guardando forte vínculo com a missão, a vocação, as Políticas Institucionais e os objetivos da Instituição. Como já mencionado, a concepção do curso, já em sua primeira formulação, veio imbuída da preocupação de refletir concretamente os objetivos descritos nos projetos superiores da Instituição.

É com essa preocupação que na esfera acadêmica, na busca da excelência, promove-se a contínua avaliação dos conteúdos programáticos, metodologias e bibliografias das unidades de ensino para adequá-las às mudanças e inovações educacionais; procura-se integrar o corpo docente em regime de titulação e dedicação compatíveis com o exigido pelos padrões de qualidade; mantém-se nos programas de avaliação permanente das atividades do ensino realizados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e procura a constante melhoria da infra-estrutura necessária ao curso.

No campo da pesquisa, o Centro Universitário mantém um Programa de Iniciação Científica em pleno desenvolvimento, com oferta de bolsas aos discentes de projetos que forem selecionados. O Curso de Direito, como participante desse programa, tem encaminhado projetos procurando incentivar a participação dos alunos, e fortalecendo a

política institucional. Ainda, ligada a essa política de fomento à iniciação científica, o Centro Universitário incentiva a divulgação da produção científica interna e externamente. O Curso de Direito implementa esse procedimento no seu âmbito, incentivando os discentes à produção e divulgação de seus trabalhos.

No que tange à educação continuada o Centro Universitário Moura Lacerda oferece cursos de pós-graduação lato sensu, sob a coordenação do Prof. Me. Lucas Rodrigo Miranda, docente do Curso de Engenharia Civil da IES.

No âmbito da extensão, o curso tem feito desta prática o seu diferencial, ciente da repercussão que isto traz, quer em diversos aspectos da formação discente, quer como instrumento efetivo de realização dos objetivos institucionais.

A participação ativa dos discentes no sentido de integrar a escola e a comunidade, faz parte dos objetivos gerais do Centro Universitário. A forma encontrada pela Instituição para o aprofundamento de seus compromissos e responsabilidades sociais, é realizada por meio da prestação de serviços e de atividades de extensão, onde a participação voluntária dos discentes é fundamental.

1.4. Objetivos do Curso

O curso tem por objetivo dotar o aluno de conhecimentos teóricos e práticos gerais e específicos que formem atitudes e desenvolvam habilidades de interpretação, argumentação e fundamentação, para utilização das normas que disciplinam as relações entre os indivíduos na sociedade, capacitando-o a gerir procedimentos extrajudiciais, o próprio processo legal, e permitir a solução dos conflitos, essencial para a vida em sociedade.

O curso busca a formação humana, social e jurídica do futuro profissional para que este esteja integrado na sociedade, participando das atividades das relações sociais voltadas para construção do respeito aos direitos e garantias fundamentais do cidadão, à proteção ambiental e à efetiva integração entre os povos.

Ademais, o curso visa proporcionar a aquisição de conhecimentos nos vários ramos do Direito, bem como relacioná-los a outras Ciências para que o aluno entenda o fenômeno jurídico inserido na realidade que o circunda, possibilitando o enfrentamento dos graves problemas que permeiam a sociedade.

Busca-se, assim, estabelecer um perfil diferenciado ao bacharel em Direito por meio de uma formação de robusto embasamento teórico, de treinamento prático capaz de fazê-lo entender os desafios do mundo atual, fazer diagnósticos e apresentar soluções efetivas, utilizando de forma eficaz as armas da integração, da interpretação, da fundamentação, da argumentação e da aplicação da norma jurídica, adequando o ideal do justo às necessidades sociais.

1.5. Perfil Profissional do Egresso

O egresso do Curso de Direito apresenta as seguintes características básicas:

- formação humanística, social, técnica-jurídica e prática, indispensáveis à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais;
- senso ético-profissional, associado à responsabilidade profissional e social, com a compreensão da causalidade e finalidade das normas jurídicas e da busca constante da justiça social e do aprimoramento da sociedade; capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito, aliada ao raciocínio lógico-jurídico e à consciência da necessidade de permanente atualização;
- capacidade para ver, entender e equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com as exigências sociais;
- capacidade de desenvolver formas extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos;
- visão atualizada do mundo e, em particular, consciência dos problemas nacionais e aprofundamento da argumentação.
- capacidade para postular cargos públicos dentro da carreira jurídica e habilitação na Ordem dos Advogados do Brasil.

As características acima são incorporadas ao aluno ao longo do curso, tendo em vista que esta Instituição de Ensino, ao planejar o conteúdo e a metodologia do Curso de Direito, deu ênfase às seguintes habilidades:

- leitura, identificação do problema, compreensão e diagnosticar soluções de textos, documentos, provas e casos;

-
- aplicação da norma jurídica com base na integração, interpretação, fundamentação, argumentação e de forma mais justa; conhecimento do universo jurídico, assim apresentado pela legislação básica, complementar e dos microsistemas;
 - conhecimento do universo prático como os procedimentos cartorários e de órgãos vinculados ao Poder Judiciário, Legislativo e Executivo, por meio de visitas técnicas e relatórios;
 - capacidade de pesquisar e utilizar de forma adequada as legislações, as jurisprudências e os recursos tecnológicos atuais;
 - habilidade em formular teses inovadoras;
 - utilização de raciocínio lógico-jurídico, de argumentação, fundamentação, persuasão e reflexão crítica;
 - utilização correta e adequada da linguagem jurídica, com riqueza de vocabulário forense;
 - habilidade de análise de fatos, documentos;
 - capacidade de adequar-se às novas exigências do mundo jurídico, notadamente pelo conhecimento gerado por meio de sólida formação teórica, obtida nas disciplinas que integram o currículo, bem como por meio de conhecimento de soluções de conflitos aplicados à conciliação, mediação e arbitragem.

1.6. Estrutura Curricular

O currículo do Curso de Direito atende não só as necessidades e as exigências atuais do mercado de trabalho, tendo sido elaborado segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais e a legislação pertinente ao Curso de Direito, mas, também, de acordo com a realidade social, econômica e cultural da nossa cidade e região.

Ademais, permite que o aluno contemple uma visão ampla e clara da disciplina e sua localização em um todo estrutural que pressupõe a unidade e coerência do ordenamento jurídico visto como um sistema. Para tanto, as disciplinas não podem ser analisadas e estudadas isoladamente, mas sim de forma interligada.

No que diz respeito a apresentação dos componentes curriculares em núcleos de conteúdos básicos, profissionalizantes e específicos, seguem abaixo as tabelas com os

componentes e créditos correspondentes, bem como com as aulas e respectiva carga horária.

A disciplina “Libras – Língua Brasileira de Sinais”, é componente curricular optativo, no Curso de Direito com carga horária de 30 horas, correspondente a 2 créditos, no 8º período do curso.

O Centro Universitário Moura Lacerda implantou em 2006, nos termos do que determina o Decreto 5626/05, Artigo 3º, a obrigatoriedade da disciplina de Libras, inicialmente nos cursos de Pedagogia e Letras. Nas demais Licenciaturas e nos Bacharelados, foi inserida gradativamente a disciplina e, posteriormente, nos Tecnológicos, nos termos do estabelecido no Artigo 3º, §2º, do Decreto no 5.626/05, facultado ao Bacharelado e Tecnológicos a matrícula na disciplina, sendo oferecida como optativa.

Além do componente disciplinar na graduação, o Centro Universitário oferece em nível de Educação Continuada, dois cursos de Libras para a Comunidade interna e externa, sendo um deles de Extensão, com carga horária de 100 horas, e outro, uma Especialização Lato-Sensu de 360 horas, oferecido aos graduados das diversas áreas que necessitem complementar a sua formação. Para os interessados, ainda, em nível de Especialização Lato-Sensu, é oferecido o curso de Tradutor e Intérprete de Libras, com duração de 400 horas.

O conteúdo relativo às **Relações Étnico-Raciais** (Lei 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP 01 de 17/06/2004), são tratados na disciplina de Direito Constitucional, Antropologia e Sociologia, uma vez que a discussão das relações humanas permeia o sentido e a sociabilidade das diferenças por meio da análise dos aspectos jurídico-antropológicos, buscando o convívio, respeito e tolerância com a diversidade contemporânea. Ainda, de maneira transversal no curso, esses conceitos são abordados por meio de eventos, palestras, semanas jurídicas, conforme atestam os registros visuais do curso (cartazes e fotos).

As **Políticas de Educação Ambiental** são tratados na disciplina de Direito Ambiental, Direito Agrário e Urbanístico, bem como, por meio de atividades extra-sala como, diálogos sobre temas interdisciplinares no formato de palestras, congressos, semanas jurídicas, dentre outras atividades acadêmicas.



Os **Direitos Humanos** são tratados na disciplina de Direito Constitucional II e Direito Internacional Público, bem como em várias eventos como ações cidadania, palestras, semanas jurídicas, dentre outras atividades acadêmicas.

1.6.1. Representação Gráfica do Perfil de Formação

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
4 80 60	4 80 60	4 80 60	4 80 60	4 80 60	4 80 60	4 80 60	4 80 60	2 40 30	6 120 90
Introdução ao Estudo do Direito	Direito Civil I - Parte Geral	Direito Civil II - Obrigações	Direito Civil III - Contratos	Direito Civil IV - Coisas	Direito Civil V - Família	Direito Civil VI - Sucessões	Direito Civil VII - Responsabilidade Civil	Introdução ao TCC - Direito	TCC Direito
4 80 60	4 80 60	4 80 60	4 80 60	4 80 60	4 80 60	4 80 60	4 80 60	4 80 60	4 80 60
Direito Constitucional I	Direito Constitucional II	Direito Administrativo I	Direito Administrativo II	Direito Empresarial I	Direito Empresarial II	Direito Tributário I	Direito Tributário II	Direito Internacional Público	Direito Internacional Privado
2 40 30	2 40 30	4 80 60	4 80 60	4 80 60	4 80 60	4 80 60	4 80 60	4 80 60	2 40 30
Antropologia	Direito do Consumidor	Direito Penal I	Direito Penal II	Direito Penal III	Direito Penal IV	Direito Econômico	Direito do Trabalho I	Direito do Trabalho II	Direito da Seguridade Social
2 40 30	4 80 60	4 80 60	4 80 60	4 80 60	4 80 60	4 80 60	4 80 60	4 80 60	4 80 60
Linguagem Forense	Direito Processual Civil I	Direito Processual Civil II	Direito Processual Civil III	Direito Processual Civil IV	Direito Processual Civil V	Direito Processual Penal I	Direito Processual Penal II	Direito Processual Penal III	Direito Processual do Trabalho
2 40 30	2 40 30	2 40 30	2 40 30	2 40 30	2 40 30	2 40 30	2 40 30	4 80 60	2 40 30
Metodologia Científica	Sociologia	Medicina Legal	Direito Autoral	Psicologia	Conciliação, Mediação e Arbitragem	Ética Profissional e Responsabilidade Social para o Direito	Técnicas de Pesquisa Científica	Direito Ambiental	Direito Agrário e Urbanístico
4 80 60	4 80 60	2 40 30	2 40 30	2 40 30	2 40 30	2 40 30	2 40 30	2 40 30	2 40 30
Introdução à Economia	Filosofia do Direito	Prática Civil I	Prática Civil II	Prática Civil III	Prática Civil IV	Prática Penal I	Prática Penal II	Prática Penal III	Prática Trabalhista
2 40 30							2 40 30		
Ciência Política							LIBRAS		
		40	40	40	40	40	40		
		Atividades Complementares I	Atividades Complementares II	Atividades Complementares III	Atividades Complementares IV	Atividades Complementares V	Atividades Complementares VI		
		60	60	60	60	60	60	60	60
		Estágio Supervisionado em Direito I	Estágio Supervisionado em Direito II	Estágio Supervisionado em Direito III	Estágio Supervisionado em Direito IV	Estágio Supervisionado em Direito V	Estágio Supervisionado em Direito VI	Estágio Supervisionado em Direito VII	Estágio Supervisionado em Direito VIII
20 CRÉDITOS	20 CRÉDITOS	20 CRÉDITOS	20 CRÉDITOS	20 CRÉDITOS	20 CRÉDITOS	20 CRÉDITOS	20 CRÉDITOS	20 CRÉDITOS	20 CRÉDITOS

Legenda	Quadro Resumo	Aulas	C.H.	Créd.
A: Eixo de Formação Fundamental	Componentes Curriculares	4.000	2.940	200
B: Eixo de Formação Profissional	Estágio Supervisionado	-	480	-
C: Eixo de Formação Prática	Atividades Complementares	-	300	-
D: Disciplina Optativa	TOTAL	4.000	3.720	200
	Libras (Optativa)	40	30	2
	TOTAL GERAL	4.040	3.750	202

1.6.2. Dimensionamento da Carga Horária das Unidades de Estudo - Matriz Curricular

Período	Disciplinas	Aulas	Carga Horária	Créditos
1º	Introdução ao Estudo do Direito	80	60	4
	Direito Constitucional I	80	60	4
	Antropologia	40	30	2
	Linguagem Forense	40	30	2
	Metodologia da Pesquisa	40	30	2
	Introdução à Economia	80	60	4
	Ciência Política	40	30	2
	TOTAL	400	300	20
2º	Direito Civil I - Parte Geral	80	60	4
	Direito Constitucional II	80	60	4
	Direito do Consumidor	40	30	2
	Direito Processual Civil I	80	60	4
	Sociologia	40	30	2
	Filosofia Do Direito	80	60	4
	TOTAL	400	300	20
3º	Direito Civil II - Obrigações	80	60	4
	Direito Administrativo I	80	60	4
	Direito Penal I	80	60	4
	Direito Processual Civil II	80	60	4
	Medicina Legal	40	30	2
	Prática Civil I	40	30	2
	Estágio Supervisionado em Direito I	-	60	-
	Atividades Complementares I	-	40	-
	TOTAL	400	400	20
4º	Direito Civil III - Contratos	80	60	4
	Direito Administrativo II	80	60	4
	Direito Penal II	80	60	4
	Direito Processual Civil III	80	60	4
	Direito Autoral	40	30	2
	Prática Civil II	40	30	2
	Estágio Supervisionado em Direito II	-	60	-
	Atividades Complementares II	-	40	-
	TOTAL	400	400	20

Período	Disciplinas	Aulas	Carga Horária	Créditos
5º	Direito Civil IV (Coisas)	80	60	4
	Direito Empresarial I	80	60	4
	Direito Penal III	80	60	4
	Direito Processual Civil IV	80	60	4
	Psicologia	40	30	2
	Prática Civil III	40	30	2
	Estágio Supervisionado em Direito III	-	60	-
	Atividades Complementares III	-	40	-
	TOTAL	400	400	20
6º	Direito Civil V - Família	80	60	4
	Direito Empresarial II	80	60	4
	Direito Penal IV	80	60	4
	Direito Processual Civil V	80	60	4
	Conciliação, Mediação e Arbitragem	40	30	2
	Prática Civil IV	40	30	2
	Estágio Supervisionado em Direito IV	-	60	-
	Atividades Complementares IV	-	40	-
	TOTAL	400	400	20
7º	Direito Civil VI - Sucessões	80	60	4
	Direito Tributário I	80	60	4
	Direito Econômico	80	60	4
	Direito Processual Penal I	80	60	4
	Ética Profissional e Responsabilidade Social	40	30	2
	Prática Penal I	40	30	2
	Estágio Supervisionado em Direito V	-	60	-
	Atividades Complementares V	-	40	-
	TOTAL	400	400	20
8º	Direito Civil VII - Responsabilidade Civil	80	60	4
	Direito Tributário II	80	60	4
	Direito do Trabalho I	80	60	4
	Direito Processual Penal II	80	60	4
	Técnicas de Pesquisa Científica	40	30	2
	Prática Penal II	40	30	2
	Estágio Supervisionado em Direito VI	-	60	-
	Atividades Complementares VI	-	40	-
	LIBRAS (Optativa)	40	30	2
	TOTAL	400	400	20

Período	Disciplinas	Aulas	Carga Horária	Créditos
9º	Introdução ao Trabalho de Conclusão de Curso de Direito	40	30	2
	Direito Internacional Público	80	60	4
	Direito do Trabalho II	80	60	4
	Direito Processual Penal III	80	60	4
	Direito Ambiental	80	60	4
	Prática Penal III	40	30	2
	Estágio Supervisionado em Direito VII	-	60	-
	TOTAL	400	360	20
10º	Trabalho de Conclusão de Curso de Direito	120	90	6
	Direito Internacional Privado	80	60	4
	Direito Da Seguridade Social	40	30	2
	Direito Processual Do Trabalho	80	60	4
	Direito Agrário E Urbanístico	40	30	2
	Prática Trabalhista	40	30	2
	Estagio Supervisionado Em Direito VIII	-	60	-
	TOTAL	400	360	20

Quadro Resumo	Aulas	Carga Horária	Créditos
Componentes Curriculares	4.000	2.940	200
Estágio Supervisionado	-	480	-
Atividades Complementares	-	300	-
TOTAL	4.000	3.720	200
Libras (Optativa)	40	30	2
TOTAL GERAL	4.040	3.750	202

1.6.3. Conteúdos Curriculares

1º PERÍODO

Disciplina: INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

Ementa: Epistemologia jurídica. Teoria do conhecimento. Pensamentos científico-jurídicos. Principais escolas científicas. Axiologia jurídica. Justiça. Ética. Equidade. Moral. Direito. Dimensão sociológica do direito. Dogmática jurídica. História do direito. Teoria geral do direito. Fontes do direito. Direito natural e positivo. Direito objetivo e subjetivo. Ramos do

direito positivo. Técnica e métodos jurídicos. Relação jurídica. Fatos e atos jurídicos. Norma jurídica. Hermenêutica jurídica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito**: técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 2003.

MONTORO, André Franco. **Introdução à Ciência do Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

NUNES, Rizzatto. **Manual de Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2009.

REALE, Miguel. **Noções Preliminares de Direito**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução a Ciência do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2005.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2007.

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Atlas, 2006.

Disciplina: DIREITO CONSTITUCIONAL I

Ementa: Conceito e natureza do Direito Constitucional. Poder Constituinte – histórico e características. Teoria da Constituição. Classificação das Constituições. Constituição como Sistema de Princípios e Regras. Interpretação, Integração e Aplicação das normas constitucionais. Estado Democrático de Direito. Da organização dos Poderes. Tripartição das Funções Estatais. Do Poder Legislativo. Espécies Normativas. Processo Legislativo. Do Poder Executivo. Da Defesa do Estado. Da intervenção. Do Poder Judiciário. Direitos Políticos e Sistema Eleitoral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2010.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, Luis Alberto David & NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2008.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2011.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2011.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: LTr, 2004.

Disciplina: ANTROPOLOGIA

Ementa: Ética. Sociedades e Diversidade. Cidadania e Responsabilidade Social. Direitos Humanos. Diversidade étnico-racial e cultural. Questões éticas no mundo contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GONÇALVES, Maria Alice Rezende; RIBEIRO, Ana Paula Alves. **História e a Cultura Africana e Afro Brasileira na escola**. (Vol. I). 2. ed. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2014.

SINGER, Peter. **Ética prática**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998..

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 7ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josué Cândido da. **Conversando sobre ética e sociedade**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

Disciplina: LINGUAGEM FORENSE

Ementa: Apresentação das estratégias da linguagem jurídica, através da teoria da análise do discurso, para mostrar a tessitura do texto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria Semiótica do Texto**. São Paulo: Ática, 2002.

DAMIÃO, Regina Toledo. HENRIQUE, Antônio. **Curso de Português Jurídico**. São Paulo: Atlas, 2000.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITTAR, Eduardo C.B. **Linguagem Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. TOMASI, Carolina. **Português Forense**: língua portuguesa para o Curso de Direito. São Paulo: Atlas, 2010.

NASCIMENTO, Edmundo Dantès. **Linguagem Forense**: a língua portuguesa aplicada à linguagem do foro. São Paulo: Saraiva, 1997.

XAVIER, Ronaldo Caldeira. **Português no Direito** (Linguagem Forense). Rio de Janeiro: Forense, 2004.

Disciplina: METODOLOGIA CIENTÍFICA

Ementa: Teoria e prática das técnicas e normas necessárias para compreensão e elaboração de trabalhos científicos. Identificação das relações ensino pesquisa e produção do conhecimento, discutindo o instrumental técnico teórico da iniciação científica para o Curso de Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CERVO, A. L., BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2010.

GIL, C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

MEDEIROS, J. B. **Redação Científica**: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASTOS, C. L., KELLER, Y. **Aprendendo a Aprender**: introdução à metodologia científica. Vozes: Petrópolis, 1997.

DEMO, P. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2001.

RUDIO, F. V. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Disciplina: INTRODUÇÃO À ECONOMIA

Ementa: Conceituação básica de economia. A lei da oferta e da procura. O enfoque macroeconômico. O lado monetário da economia. O setor externo. O crescimento e o desenvolvimento econômico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

TROSTER, Roberto Luis. **Introdução à Economia**. São Paulo: Makron Books, 2004.

VASCONCELLOS, M. A. Sandoval de. GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas. 2003.

SINGER, Paul. **Aprender Economia**. São Paulo, Atlas, 2008.

SOUZA, Nali de Jesus et all. **Introdução à Economia**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

Disciplina: CIÊNCIA POLÍTICA

Ementa: A ciência política e a Concepção de Ciência Política com atenção especial à sua fundamentação filosófica, sociológica e jurídica, visando uma reflexão crítica sobre as questões políticas, econômicas e sociais que dizem respeito ao Estado e a Sociedade. Institucionalização do poder político: dicotomia Sociedade/Estado, o Estado e seus elementos constitutivos. O processo de globalização e a crise da soberania. Estado e Direito. O exercício do poder político. Formas clássicas de Estado: centralização e descentralização política. Formas e sistemas de governo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Teoria do Estado e Ciência Política**. São Paulo: Malheiros, 2010.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo, 2011.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Malheiros, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. Porto Alegre: Globo, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2003.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra, 2003.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

2º PERÍODO

Disciplina: DIREITO CIVIL I – PARTE GERAL

Ementa: Direito Civil Brasileiro. A pessoa natural e jurídica. Domicílio civil. Bens. Fatos, atos e negócios jurídicos. Defeitos dos negócios jurídicos. Termo, modo e encargo. Representação. Atos ilícitos. Culpa. Prescrição e decadência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. **Teoria Geral do Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil:** parte geral (Vol. 1). São Paulo: Saraiva, 2010.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil:** parte geral (Vol. 1). São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BORGES, Nelson. **Considerações sobre Direito Adquirido, Ato Jurídico Perfeito e Coisa Julgada**. Curitiba: Juruá, 2008.

GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

GONÇALVES, Carlos Aberto. **Direito Civil:** parte geral (Vol. 1). São Paulo: Saraiva, 2011.

RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil:** parte geral (Vol. 1). São Paulo: Saraiva, 2007.

Disciplina: DIREITO CONSTITUCIONAL II

Ementa: Dos Direitos Humanos, Direitos e Garantias Fundamentais e Direitos da Personalidade – estudo paralelo. Da Eficácia dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos. Dos Direitos e Garantias Fundamentais em espécie: histórico, características, aplicabilidade e mitigações. Garantias e Remédios Constitucionais. Da Nacionalidade. Do Controle da Constitucionalidade das Leis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Celso Bastos Editor, 2010.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, Luis Alberto David. NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2008.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2011.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Estudos sobre Direitos Fundamentais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: LTr, 2010.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2011.

Disciplina: DIREITO DO CONSUMIDOR

Ementa: Evolução histórica, conceito e fundamentos do Direito do Consumidor. Consumidor, fornecedor, produtor, produtos e serviços. Direitos coletivos e difusos. Legislação brasileira. Relações de consumo. Direitos e deveres dos consumidores. Proteção ao consumidor. Órgãos de defesa do consumidor. Jurisdição, competência e legitimidade. Instrumentos judiciais e provas. Garantias e princípios constitucionais. Dimensão do Direito do Consumidor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos. BESSA, Leonardo Roscoe. MARQUES, Claudia Lima. **Manual de Direito do Consumidor**. Rio de Janeiro: RT, 2010.

GRINOVER, Ada Pellegrini e outros. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor**: comentado pelos autores do anteprojeto (Vol. 1 e 2). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Curso de Direito do Consumidor**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, Sylvio Vicente de. **Direito do Consumidor**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1997.

DONNINI, Rogério Ferraz. **Responsabilidade Civil Pós-Contratual no Direito Civil e no Direito do Consumidor**. São Paulo: Saraiva, 2011.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Curso Fundamental de Direito do Consumidor**. São Paulo: Atlas, 2008.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Direito do Consumidor**. Rio de Janeiro: Gen/Forense, 2011.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

Ementa: Sociedade e Tutela Jurídica. Jurisdição. O Processo e o Direito Processual. Norma Processual; fontes, eficácia e interpretação. Competência: critérios determinadores. Competência: aspectos processuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVIM, J. Eduardo Carreira. **Teoria Geral do Processo**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos. **Processo Civil**: teoria geral do processo e processo de conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2009.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. GRINOVER, Ada Pellegrini. DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Malheiros, 2011.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil** (vol. 1) . Salvador: Juspodium, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVIM, Arruda. **Manual de Direito Processual Civil**. São Paulo: RT, 2011.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil** (Vol. 1). Rio de Janeiro: GEN/Forense, 2009.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil** (Vol. 1). São Paulo: Saraiva, 2004.

Disciplina: SOCIOLOGIA

Ementa: Conceituação das ciências sociais e sociologia; campo, métodos e técnicas da sociologia; origem e histórico; objetivos; estudo dos processos sociais; status; grupos sociais; cultura e sociedade; estrutura e controle social; movimentos sociais, o processo de organização do trabalho frente aos novos modelos de gestão, cultura das organizações, ideologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERNARDES, Cyro. MARCONDES, Reynaldo C. **Sociologia Aplicada à Administração**. São Paulo: Saraiva, 2009.

CASTRO, Celso Antônio Pinheiro. **Sociologia Aplicada à Administração**. São Paulo: Atlas, 2011.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia & Administração**. Campinas: Alínea, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERGER, Peter. **Perspectivas Sociológicas**: uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 2000.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Makron Books, 2002.

WAGNER, John A. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Saraiva, 2000.

Disciplina: FILOSOFIA DO DIREITO

Ementa: A relação que se estabelece entre a Filosofia e o Direito. Fundamentação do direito pela filosofia como sistema organicamente estruturado. Teorias encarregadas de formalizar o conceito de Justiça; e a racionalidade jurídica para além do direito natural e do positivismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de Filosofia do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

NADER, Paulo. **Filosofia do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

PERELMAN, Chaïm. **Ética e Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITTAR, Eduardo. **Curso de Filosofia do Direito**. São Paulo: Atlas, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2010.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. Martins Fontes: São Paulo, 1997.

3º PERÍODO

Disciplina: DIREITO CIVIL II – OBRIGAÇÕES

Ementa: Teoria geral das obrigações. Obrigação e responsabilidade. Modalidades das obrigações. Obrigação de dar, fazer, não fazer, alternativas, facultativas, solidárias, divisíveis, indivisíveis. Transmissão das obrigações. Adimplemento das obrigações. Novação. Extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Perdas e danos. Juros e atualização monetária. Cláusula penal. Arras ou sinal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Teoria Geral das Obrigações**: responsabilidade civil. São Paulo: Atlas, 2004.

GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**: obrigações (Vol. 2). São Paulo: Saraiva, 2011.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil:** teoria das obrigações e teoria geral dos contratos (Vol. 2). São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA Fo, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil:** responsabilidade civil (Vol. 3). São Paulo: Saraiva, 2010.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro:** teoria geral das obrigações (Vol.2). São Paulo: Saraiva, 2011.

PODESTÁ, Fábio Henrique. **Direito das Obrigações:** teoria geral e responsabilidade civil. São Paulo: Atlas, 2008.

Disciplina: DIREITO ADMINISTRATIVO I

Ementa: Direito Administrativo: noções básicas. Sistemas Administrativos. Administração Pública: Direta e Indireta. Princípios. Poderes da Administração Pública. Órgãos Públicos. Atos Administrativos. Licitações. Contratos Administrativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** São Paulo: Atlas, 2011.

HELY MEIRELLES, **Lopes.** **Direito Administrativo Brasileiro.** São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo.** São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** São Paulo: ATLAS, 2012.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo.** São Paulo: Saraiva, 2002.

JUSTEN FILHO. Marçal. **Curso de Direito Administrativo.** São Paulo: Saraiva, 2005.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo.** São Paulo: Saraiva, 2011.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo.** São Paulo: Atlas, 2012.

Disciplina: DIREITO PENAL I

Ementa: Conceito de Direito Penal. Função do Direito Penal. Relação do Direito Penal com outras disciplinas. Ciências Penais. Escolas Penais. Histórico. Lei Penal: Interpretação da lei

penal, relação no tempo e no espaço. Conceito de Crime. Evolução Histórica do crime. Questão do Dolo e Culpa. Classificação dos Crimes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal** (Vol. 1). São Paulo: Saraiva, 2011.

JESUS, Damásio Evangelista. **Direito Penal: parte geral** (Vol. 1). São Paulo: Saraiva, 2011.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de Direito Penal** (Vol. 1). São Paulo: Atlas, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e Das Penas**. São Paulo: Hemus, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. (Trad. Lúcia M. Ponde Vassallo). Petrópolis: Vozes, 2002.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal** (Vol. 1). São Paulo: Impetus, 2011.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL II

Ementa: Estudo acerca do conceito de Ação, com abordagem acerca de seus elementos e condições de procedibilidade. Partes e Procuradores, Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia Geral da União. Conceito, forma e classificação dos Atos Processuais e respectivos prazos processuais. Distinção entre Processo e Procedimentos (comum e especiais). Petição Inicial. Tutelas Provisórias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil** (Vol. 1). Salvador: Editora Juspodium, 2011.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil** (Vol. 1). São Paulo: Saraiva, 2011.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil** (Vol. 1). Rio de Janeiro: Forense, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. GRINOVER, Ada Pellegrini. DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Malheiros, 2011.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **O Novo Processo Civil Brasileiro: exposição sistemática do procedimento**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

NERY JÚNIOR, Nelson. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

Disciplina: MEDICINAL LEGAL

Ementa: Introdução ao Estudo da Medicina Legal. Antropologia Médico Legal. Traumatologia Médica Legal. Infortunistica. Toxicofilias. Conceito de Toxicofilias. Alcoolismo e embriaguez alcoólica. Sexologia forense; transtornos da sexualidade; infanticídio; aborto legal e criminoso. Investigação de paternidade e maternidade. Bioética e Biodireito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CROCE, Dalton. CROCE JÚNIOR, Croce. **Manual de Medicina Legal**. São Paulo: Saraiva, 2011

FRANÇA, Genival Veloso. **Medicina Legal**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2011.

MARANHÃO, O. Ramos. Curso Básico de Medicina Legal. São Paulo: Malheiros, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GALVÃO, Luís Carlos Cavalcanti. **Estudos Médico-Legais**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1996.

GOMES, Helio. **Medicina Legal**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2004.

PALOMBA, Guido Arturo. **Psiquiatria Forense: noções básicas**. São Paulo: Saraiva, 1992.

Disciplina: PRÁTICA CIVIL I

Ementa: Do cliente. Contratos de Honorários. Procuração: ad negotia e ad judicia. Substabelecimento. Procuração por instrumento público. Elaboração de peça processual: petição inicial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASELLA, José Erasmo. **Manual de Prática Forense: processo civil**. São Paulo: Saraiva, 2008.

DIDIER JR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil** (Vol. 1 e 2). Salvador: Editora Jus Podivm, 2011.

SOUZA, Josyanne Nazareth de. COLNAGO, Rodrigo. **Prática Forense Civil**. São Paulo: Saraiva, 2011.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil** (Vol. 1, 2 e 3). Rio de Janeiro: Forense, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVIM NETO, José Manuel de Arruda. **Manual de Direito Processual Civil** (Vol. 1). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

LACERDA, Galeno. **Comentários ao Código de Processo Civil** (Vol. 8 – Tomo I). Rio de Janeiro: Forense, 1999.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

SANTOS, Moacyr Amaral dos. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil: processo de execução**. São Paulo: Saraiva, 2011.

4º PERÍODO

Disciplina: DIREITO CIVIL III - CONTRATOS

Ementa: A disciplina correspondente à parte especial das obrigações do Direito Civil. Teoria Geral dos Contratos. Princípios. Hermenêutica contratual. Prova contratual. Classificação. Formação contratual. Vícios redibitórios. Evicção. Ineficácia, alteração e extinção dos contratos. Contratos Típicos (compra e venda, permuta, contrato estimatório, doação, locação, empréstimo, prestação de serviço, seguro, fiança e mandato). Os Atos Unilaterais de vontade (promessa de recompensa, gestão de negócios). Pagamento indevido e enriquecimento sem causa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: contratos e atos unilaterais** (Vol. 3). São Paulo: Saraiva, 2011.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil: dos contratos e das declarações unilaterais de vontade** (Vol. 3). São Paulo: Saraiva, 2004.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil. Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos** (Vol. 2). São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro** (Vol. 3). São Paulo: Saraiva, 2011.

GAGLIANO, Pablo Stolze; Pamplona Filho, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil** (Vol. 04 – Tomos I e II). São Paulo: Saraiva, 2011.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil** (Vol. 5). São Paulo: Saraiva, 2011.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil** (Vol. 3). Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Disciplina: DIREITO ADMINISTRATIVO II

Ementa: Direito Administrativo II. Contratos. Serviço Público. Servidores Públicos. Bens Públicos. Responsabilidade do Estado. Intervenção do Estado na Propriedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2011.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2012.

JUSTEN FILHO. Marçal. **Curso de Direito Administrativo**, São Paulo: Saraiva, 2005.

LUZ, Egberto Maia. **Direito Administrativo Disciplinar**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo em Evolução**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2012.

Disciplina: DIREITO PENAL II

Ementa: Pena: conceito, alcance e finalidade. Espécies de penas. Penas alternativas. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. O infrator e a realidade carcerária brasileira. Medidas de segurança. Extinção na punibilidade e suas consequências no Direito Penal. Análise das Leis Penais Especiais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal** (Vol. 1). São Paulo: Saraiva, 2011.

JESUS, Damásio Evangelista. **Direito Penal. Parte Geral** (Vol. 1). São Paulo: Saraiva, 2011.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de Direito Penal** (Vol. 1). São Paulo: Atlas, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal: parte especial** (Vol. 2). São Paulo: Saraiva, 2011.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal** (Vol. 2). Editora Impetus, 2011.

REALE JÚNIOR, Miguel. **Instituições de Direito Penal. Parte Geral**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

Ementa: Do desenvolvimento do processo de conhecimento. Das respostas do réu. Da revelia. Das providências preliminares. Do julgamento conforme do estado do processo. Do julgamento antecipado da lide. Das provas. Da audiência de instrução e julgamento. Sentença e coisa julgada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DIDIER JR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil** (Vol. 1 e 2). Salvador: Editora Juspodium, 2011.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil** (Vol. 1 e 2). São Paulo: Saraiva, 2004.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil** (Vol. 1 e 2). Rio de Janeiro: Forense. 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVIM NETO, José Manuel de Arruda. **Manual de Direito Processual Civil** (Vol. 2). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

CARNEIRO, Athos Gusmão. **Intervenção de Terceiros**. São Paulo: Saraiva, 2010.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro** (Vol. 1 e 2). São Paulo: Saraiva, 2006.

MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. **CPC interpretado e anotado**. Barueri: Manole, 2008.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **CPC comentado e legislação extravagante**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

Disciplina: DIREITO AUTORAL

Ementa: Direito Autoral. Princípios. Obras Intelectuais: direitos do autor, limitações e utilização. Direitos Conexos. Tecnologia; Indenizabilidade. Condutas ilícitas. Reparação. Utilização e Repressão às violações de direitos autorais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CABRAL, Plínio. **Direito Autoral:** dúvidas e controvérsias. São Paulo: Rideel, 2009.

COELHO, Fabio Ulhoa. **Curso de Direito Civil:** Direito das Coisas e Direito Autoral (vol. 4). São Paulo: Saraiva, 2010.

COSTA NETTO, José Carlos. **Direito Autoral no Brasil.** São Paulo: FTD, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITTAR, Carlos Alberto. **Contornos Atuais do Direito do Autor.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

PAISANI, Lílilana Minardi. **Manual de Propriedade Intelectual.** São Paulo: Atlas, 2012.

SILVEIRA, Newton. **A Propriedade Intelectual e a Nova Lei de Propriedade Industrial.** São Paulo: Saraiva, 1996.

SILVEIRA, Newton. **A Propriedade Intelectual e as Novas Leis Autorais.** São Paulo: Saraiva, 1998.

Disciplina: PRÁTICA CIVIL II

Ementa: Elaboração de peças processuais. Resposta do réu: contestação, reconvenção, impugnação ao valor da causa. Intervenção de terceiros. Tutelas de urgência e de evidência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVIM NETO, José Manuel de Arruda. **Manual de Direito Processual Civil.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

CASELLA, José Erasmo. **Manual de Prática Forense:** processo civil. São Paulo: Saraiva, 2008.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. GRINOVER, Ada Pellegrini. DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERREIRA, Pinto. **Curso de Direito Processual Civil.** São Paulo: Saraiva, 1998.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro** (Vol. 1, 2 e 3). São Paulo: Saraiva, 2006.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. Rio de Janeiro: Gen/Forense, 2010.

SOUZA, Josyanne Nazareth de. COLMAGO, Rodrigo. **Prática Forense Civil**. São Paulo: Saraiva, 2011.

5º PERÍODO

Disciplina: DIREITO CIVIL IV - COISAS

Ementa: Direito Real conceito e características. Posse. Detenção/Mera Custódia e modalidades da posse. Ações Possessórias. Propriedade. Aquisição e perda. Transcrição. Usucapião. Condomínio Ordinário e Especial. Direitos Reais sobre Coisas alheias. Direitos Reais de Fruição; Servidão; Usufruto; Uso; Habitação; Direito de Superfície. Direitos Reais de Garantia; Anticrese; Penhor; Hipoteca. Direito Real de Aquisição; Compromisso Irretratável de Compra e Venda.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MONTEIRO, Washington de Barros. MALUF, Carlos Alberto Dantas. Curso de Direito Civil (Vol. 3). **Direito das Coisas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. **Direito das Coisas** (Vol. 5). São Paulo: Saraiva, 2009.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Direitos Reais** (Vol. 5). São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, Fabio Ulhoa. **Curso de Direito Civil: Direito das Coisas e Direito Autoral** (vol. IV). São Paulo: Saraiva, 2010.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil: Direito das Coisas**(vol. 4). São Paulo: Saraiva, 2009.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro. Direito das Coisas** (Vol. 05). São Paulo: Saraiva, 2009.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Código Civil Interpretado**. São Paulo: Atlas, 2011.

Disciplina: DIREITO EMPRESARIAL I

Ementa: O Empresário e a Empresa. Requisitos. Sociedade. Espécies de Sociedade. Sociedade Simples e Empresária. Sociedade Limitada. Sociedade Anônima. Desconsideração da Personalidade Jurídica. Responsabilidade dos Administradores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial**. São Paulo: Saraiva, 2008.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Empresa** (vol. VIII). São Paulo: Saraiva, 2009.

MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial: direito de empresa** (Vol. 1). São Paulo: Saraiva, 2007.

FAZZIO JUNIOR, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. São Paulo: Atlas, 2011.

MAMEDE, Gladston. **Manual de Direito Empresarial**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Direito Empresarial**. (vol. VIII). São Paulo: Atlas, 2010.

Disciplina: DIREITO PENAL III

Ementa: Análise dos bens jurídicos tutelados e estudo dos crimes em espécie como Homicídio, Infanticídio, Suicídio, Aborto. Crimes contra a integridade física: Lesões corporais. Crimes Contra a Honra: Calúnia, Difamação e Injúria. Crimes contra o patrimônio privado: Furto, Roubo, Extorsão, Apropriação Indébita, Estelionato, Receptação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal** (Vol. 2 a 4). Editora Impetus, 2011.

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal. Parte Especial** (Vol. 3). São Paulo: Saraiva, 2011.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de Direito Penal. Parte Especial** (Vol. 3). São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal** (Vol. 1 a 5). São Paulo: Saraiva, 2011.

COSTA JUNIOR, Paulo José. **Curso de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2011.

DELMANTO, Celso. **Código Penal Comentado**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2007.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV

Ementa: Recurso. Pressupostos. Admissibilidade. Apelação. Agravo: espécies. Embargos de Declaração. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Recurso Ordinário Constitucional. Embargos de Divergência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro:** atos processuais à recursos e processos nos tribunais. (Vol. 2). São Paulo: Saraiva, 2006.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil.** (Vol. 3). São Paulo: Saraiva, 2011.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil:** Teoria Geral de Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento (Vol. 1). Rio de Janeiro: GEN/Forense, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. GRINOVER, Ada Pellegrini. DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo.** São Paulo: Malheiros, 2011.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Reforma do Código de Processo Civil.** São Paulo: Malheiros, 2001.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil** (vol. II. São: Saraiva, 2005.

NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **CPC comentado e legislação extravagante.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **O Novo Processo Civil Brasileiro.** Rio de Janeiro: GEN/Forense, 2010.

Disciplina: PSICOLOGIA

Ementa: Introdução ao estudo da Psicologia, abordando sua história e as principais idéias sobre comportamento, desenvolvimento psicossocial do indivíduo e o processo de socialização. Aplicação dos conhecimentos científicos da Psicologia ao campo do Direito, visando compreender a integração entre a Psicologia e o Direito, bem como suas possibilidades de atuação em casos particulares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOCK, A. M. B. (org.) **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 2001.

MINICUCCI, A. **Relações Humanas**: psicologia das relações interpessoais. São Paulo: Atlas, 2011.

MIRA Y LOPEZ, E. **Manual de Psicologia Jurídica**. Campinas: LZN, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERNANDES, N. **Teoria Geral do Crime**: por que o crime acontece? São Paulo: N. Fernandes, 1998.

PISANI, E. M. **Psicologia Geral**. Porto Alegre: Vozes, 1989.

SMITH, HC. **Desenvolvimento da Personalidade**. São Paulo: MC GRAW – HILL, 1977.

Disciplina: PRÁTICA CIVIL III

Ementa: Elaboração de Peças Processuais: Agravos: retidos e de instrumento. Embargos de Declaração. Recursos para os Tribunais Superiores Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Recurso ordinário Constitucional e Embargos de Diligência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASELLA, José Erasmo. **Manual de Prática Forense**. Editora Saraiva, 2008.

SOUZA, Josyanne Nazareth de. COLNAGO, Rodrigo. **Prática Forense Civil**. São Paulo: Saraiva, 2011.

SOUZA, Silvio Ernane Moura de. **Duplo Grau de Jurisdição**. Editora Pillares, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. GRINOVER, Ada Pellegrini. DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Malheiros, 2011.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**: atos processuais à recursos e processos nos tribunais. (Vol. 2). São Paulo: Saraiva, 2006.

SANTOS, Moacyr Amaral dos. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil** (Vol. 3). São Paulo: Saraiva, 2011.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**: Teoria Geral de Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento (Vol. 1). Rio de Janeiro: GEN/Forense, 2010.

6º PERÍODO

Disciplina: DIREITO CIVIL V –FAMÍLIA

Ementa: Introdução ao Direito de Família. Direito Matrimonial. Dissolução da sociedade conjugal. União estável. Do. Direito Parental – filiação, adoção, poder de família, alimentos. Do Direito Assistencial. Da criança, do adolescente, do idoso. Tutela e curatela.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro:** direito de família (vol. 6). São Paulo: Saraiva, 2011.

RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. **Direito de Família**(vol. 8). São Paulo: Saraiva, 2008.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil Brasileiro:** direito de família (vol. 6). São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro** (Vol. 5). São Paulo: Saraiva, 2009.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil:** direito de família (Vol. 2). São Paulo: Saraiva, 2011.

VENOSA, Sívio Salvo. **Código Civil Interpretado**. São Paulo: Atlas, 2011.

Disciplina: DIREITO EMPRESARIAL II

Ementa: Títulos de Crédito. Classificação. Títulos de Crédito em Espécies. Cobrança dos Títulos de Crédito. Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial. Contratos mercantis em geral. Bolsa de Valores e Mercadoria. Instituições Financeiras. Bancos. Operações Bancárias. Crédito. Liquidação Extrajudicial de Bancos e Instituições Financeiras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial:** direito da empresa. São Paulo: Saraiva, 2008.

MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial** (Vol. 2). São Paulo. Saraiva, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. São Paulo: Saraiva, 2008.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. São Paulo: Atlas, 2003.

MAMEDE, Gladston. **Manual de Direito Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2007.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil:** direito empresarial (Vol. 8). São Paulo: Atlas, 2010.

Disciplina: DIREITO PENAL IV

Ementa: Análise dos bens jurídicos tutelados e estudo dos crimes em espécie como Crimes contra a Dignidade Sexual (alteração no capítulo pela Lei 12.015/09). Crimes contra a Família. Crimes contra a Paz Pública. Crimes Contra Fé Pública. Crimes contra o patrimônio público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal** (Vol. 3 e 4). Editora Impetus, 2011.

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal. Parte Especial** (Vol. 3). São Paulo: Saraiva, 2011.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de Direito Penal:** parte especial (Vol. 3). São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal** (Vol. 1 a 5). São Paulo: Saraiva, 2011.

DELMANTO, Celso. **Código Penal Comentado**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2007.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Direito Penal. Parte Especial** (Vol. 4). São Paulo: Saraiva, 2009.

PRADO, Luiz Regis. **Comentários ao Código Penal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL V

Ementa: Processo de Execução: condições e pressupostos. Sentença: cumprimento e impugnação do devedor. Execução por título extrajudicial. Exceção de pré-executividade. Embargos à execução. Execução das obrigações de Entregar, Fazer e Não Fazer. Execução contra Fazenda Pública. Execução de prestação alimentícia. Bens Impenhoráveis. Expropriação dos bens do Devedor. Suspensão e Extinção da execução.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro:** processo de execução a procedimentos especiais (vol. 3). São Paulo: Saraiva, 2009.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil:** processo de execução (Vol. 2). Rio de Janeiro: GEN/Forense, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil** (vol 2). Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2008.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Execução**. São Paulo: RT, 2007.

NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **CPC comentado e legislação extravagante**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

Disciplina: CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Ementa: Conflitos: conceito, origem e elementos. Espécies de conflitos: intrapessoal e interpessoal. Relações pessoais. Interesses. Informações. Formas alternativas de solução de conflitos: histórico e classificação. Mediação: conceito, fundamento, finalidade e espécies. Setores da Mediação. Do mediador: formação, responsabilidade e atitude. O processo de Mediação: etapas, objetivos e técnicas. Mediação familiar. Código de Ética. Arbitragem: histórico, conceito, partes e autonomia. Convenção Arbitral: Cláusula arbitral e Compromisso arbitral. Do árbitro e do Tribunal Arbitral. Assistentes. Os Árbitros: qualificação, funções e responsabilidades. Nomeação e recusa dos árbitros. Substituição do árbitro. O Processo Arbitral. Etapas do procedimento arbitral. Objetivos e técnicas. Sentença arbitral: prazo, requisitos e nulidade. Coisa julgada. Homologação e execução da sentença arbitral estrangeira: prazos e procedimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FISHER, Roger; URY, William, PATTON, Bruce. **Como Chegar ao Sim:** a negociação de acordo sem concessões. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

MORAIS, José L. Bolzan de. **Mediação e Arbitragem:** alternativas à jurisdição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. São Paulo: Método, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MUSZKAT, Malvina Ester. **Mediação de Conflitos:** pacificando e prevenindo a violência. Summus, 2003.

PANTOJA, Teresa Cristina G. **Prática em Arbitragem**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

SOUZA, Zoraide Amaral de. **Arbitragem – Conciliação**: mediação dos conflitos trabalhistas. São Paulo: LTr, 2004.

Disciplina: PRÁTICA CIVIL IV

Ementa: Execução de Título Judicial. Sentença Cível. Liquidação de Sentença: Espécies. Execução de Título Extrajudicial. Exceção de Pré-Executividade. Embargos à Execução. Embargos de Terceiros. Execução de Obrigações e Afins. Execução de Obrigação de Entregar, de Fazer de não fazer, de Prestação Alimentícia, contra a Fazenda Pública. Adjudicação, Arrematação, Alienação Particular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASELLA, José Erasmo. **Manual de Prática Forense**. Editora Saraiva, 2008.

SOUZA, Silvio Ernane Moura de. **Duplo Grau de Jurisdição**. Editora Pillares, 2010.

SOUZA, Josyanne Nazareth de. COLNAGO, Rodrigo. **Prática Forense Civil**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**: processo de execução a procedimentos especiais (vol. 3). São Paulo: Saraiva, 2009.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**: processo de execução (Vol. 2). Rio de Janeiro: GEN/Forense, 2010.

CAMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil** (vol 2). Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2008.

7º PERÍODO

Disciplina: DIREITO CIVIL VI –SUCESSÕES

Ementa: Direito das sucessões – Noções gerais. Da sucessão em geral. Aceitação e renúncia. Indignidade. Sucessão legítima. Direito de representação. Sucessão testamentária. Deserdação. Legados. Inventário e Partilha. Colação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GONÇALVES, Roberto Carlos. **Direito Civil Brasileiro: direito das sucessões.** (vol. 7). São Paulo: Saraiva, 2011.

RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. **Direito das Sucessões.** São Paulo: Saraiva, 2003.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: direito das sucessões.** (vol. 7) São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: direito das sucessões.** Rio de Janeiro: Forense, 2010.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: direito das sucessões** (Vol. 6). São Paulo: Saraiva, 2010.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: direito das sucessões.** Rio de Janeiro: Forense, 2010.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: direito das sucessões.** (vol. 6). Rio de Janeiro: Forense, 2010.

VENOSA, Silvio Salvo. **Código Civil Interpretado.** São Paulo: Atlas, 2011.

Disciplina: DIREITO TRIBUTÁRIO I

Ementa: Finanças públicas. Orçamento público: fiscalização e controle. Tributo: classificação. Fato Gerador. Hipótese de Incidência. Sistema jurídico tributário. Princípios. Bitributação na Constituição Federal e no CTN. Legislação tributária. Obrigação tributária. Responsabilidade tributária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Marcelo de Lima Castro. PEIXOTO, Marcelo Magalhães (Coordenadores). **Curso de Direito Tributário da APET.** São Paulo: MP Editora, 2005.

LLAGUNO, Elaine Guadanucci. **Direito Financeiro.** São Paulo: MP Editora, 2005.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário.** São Paulo: Malheiros, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de Incidência Tributária.** São Paulo: Malheiros, 2006.

CARVALHO, Paulo Barros de. **Curso de Direito Tributário.** São Paulo: Saraiva, 2005.

MELO, José Eduardo Soares de. **Curso de Direito Tributário.** São Paulo: Dialética, 2010.

NUNES, Cleucio Santos. **Curso de Direito Processual Tributário.** São Paulo: Dialética, 2010.

Disciplina: DIREITO ECONÔMICO

Ementa: Institutos econômicos. Bens, políticas e sistemas econômicos. Intervenção estatal. Bens públicos. Estrutura do mercado. Princípios de direito econômico. Direito de concorrência. Antritruste. O CADE e seus respectivos órgãos. Tribunal Administrativo de Defesa Econômica. Superintendência-Geral. Departamento de Estudos Econômicos. A SEAE. Agências reguladoras. Sistema financeiro nacional: órgãos e legislação. Banco Central do Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAUJO, Eugenio Rosa de. **Direito Econômico**. Editora Impetus, 2010.

FONSECA, João Bosco Leopoldino. **Direito Econômico**. Rio de Janeiro: Forense., 2010.

NUSDEO, Fábio. **Curso de Economia:** introdução ao direito econômico. São Paulo: RT, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUILLAR, Fernando Herren. **Direito Econômico**. São Paulo: Atlas, 2009.

BAGNOLI, Vicente. **Direito Econômico**. São Paulo: Atlas, 2008.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. **Primeiras Linhas de Direito Econômico**. São Paulo: LTr, 2010.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL I

Ementa: Generalidades. Organicidade da Justiça. Organização Policial. Organização Judiciária. Flagrante, prisão preventiva, pronúncia, prisão administrativa, prisão especial, prisão domiciliar, liberdade provisória. Fiança. Conflitos de jurisdição. Inquérito policial. Citação. Da ação pública. Contestação. Aplicação da pena. Sentença. Nulidade. Aspectos gerais da fase judicial do processo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Processo Penal**. São Paulo: Atlas, 2006.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Código de Processo Penal Comentado** (Vol. 1). São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Código de Processo Penal Comentado** (Vol. 2). São Paulo: Saraiva, 2010.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Execução Penal**. São Paulo: Atlas, 2004.

MACHADO, Antonio Alberto. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Atlas, 2010.

Disciplina: ÉTICA PROFISSIONAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Ementa: História, Natureza e Estrutura Administrativa da OAB. Ética e o Direito. Ética e as regras Deontológicas do Direito. Estatuto e Código de Ética e Disciplina da OAB. Ética e as Profissões Jurídicas. Ética e a Responsabilidade Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Guilherme Assis de. CHRISTMANN, Martha Oschenhofer. **Ética e Direito:** uma perspectiva integrada. São Paulo: Atlas, 2009.

COSTA, Elcias Ferreira da. **Deontologia Jurídica – Ética das Profissões Jurídicas**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

NALINI, José Renato. **Ética Geral e Profissional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Ética do Advogado**. Ed. Jurídica Brasileira, 2000.

DINIZ, Carlos Roberto Faleiros. **A Subseção da OAB e a Advocacia**. Ribeirão Preto: Nacional de Direito Livraria Editora, 2006.

LÔBO, Paulo. **Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB**. São Paulo: Saraiva, 2009.

PERELMAN, Chaïm. **Ética e Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Disciplina: PRÁTICA PENAL I

Ementa: Visão geral e dicas para a realização da prova prático-profissional do exame da OAB. Peças da fase pré-processual (representação e requerimento em Inquérito Policial; Relaxamento de prisão em flagrante; Revogação de prisão cautelar; Prisão Domiciliar, Medida cautelar alternativa de prisão; Liberdade Provisória). Peças para propositura da ação penal (queixa-crime e queixa-crime subsidiária). Peças processuais (Defesa inicial, prévia e inicial no Júri; Exceções; Conflito de jurisdição; Seqüestro, arresto e especialização de hipoteca legal; Incidente de falsidade e de insanidade mental; Pedido de explicações em juízo; Habilitação do assistente; restituição de coisa apreendida). Alegações finais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MACHADO, Antonio Alberto. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Atlas, 2010.

TOURINHO FILHO, Fernando Costa. **Prática de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Código de Processo Penal Interpretado**. São Paulo: Atlas, 2002.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Execução Penal**. São Paulo: Atlas, 2004.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Código de Processo Penal Comentado** (Vol. 1 e 2). São Paulo: Saraiva, 2010.

8º PERÍODO

Disciplina: DIREITO CIVIL VII – RESPONSABILIDADE CIVIL

Ementa: Princípios gerais da responsabilidade civil. Responsabilidade por fato de outrem. Responsabilidade profissional. Sentença criminal e responsabilidade civil. Responsabilidade civil e o Código de Defesa do Consumidor. Dano e Reparação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro:** responsabilidade civil (Vol. 7). São Paulo: Saraiva, 2010.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro:** responsabilidade civil (Vol. 4). São Paulo: Saraiva, 2011.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil:** responsabilidade civil (Vol. 4). São Paulo: Atlas, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AZEVEDO, Álvaro Villaça de. VENOSA, Silvio de Savio. **Código Civil Anotado e Legislação Complementar**. São Paulo: Atlas, 2004.

MELO, Nehemias Domingos de. Dano Moral – Problemática. **Do cabimento à fixação do quantum**. São Paulo: Atlas, 2011.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil:** responsabilidade civil (Vol. 4). São Paulo: Saraiva, 2008.

VENOSA, Silvio de Savio. **Código Civil Interpretado**. São Paulo: Atlas, 2011.

Disciplina: DIREITO TRIBUTÁRIO II

Ementa: Incidência tributária. Crédito tributário. Constituição: Lançamento e suas modalidades. Suspensão de exigibilidade. Extinção: pagamento, pagamento indevido, compensação, transação, prescrição, decadência, demais modalidades. Infrações e Sanções

Tributárias. Garantias e privilégios do crédito tributário. Administração tributária. Fiscalização. Certidões negativas de débitos. Contencioso tributário: administrativo e judicial. Noções sobre o processo administrativo tributário. Efeitos da coisa julgada administrativa. Principais ações judiciais em matéria tributária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Marcelo de Lima Castro. PEIXOTO, Marcelo Magalhães (Coordenadores). **Curso de Direito Tributário da APET**. São Paulo: MP Editora, 2005.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Malheiros, 2009.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARRAZZA, Roque. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. São Paulo: Malheiros, 2004.

CARVALHO, Paulo Barros de. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva, 2005.

GRECO, Marco Aurélio. **Planejamento Tributário**. São Paulo: Dialética, 2008.

Disciplina: DIREITO DO TRABALHO I

Ementa: Evolução histórica e visão atual do Direito do Trabalho. Natureza jurídica. Fontes do Direito do Trabalho. Princípios do Direito do Trabalho. As relações de emprego e de trabalho. Os sujeitos do contrato de trabalho: empregado e empregador. O contrato de trabalho e suas classificações. Alteração, suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Direitos trabalhistas em espécie. Acidente de trabalho e responsabilidade civil do empregador. Formas de cessação do contrato de trabalho. Prescrição e decadência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2011.

CANOTILHO, José J. Gomes. **Direitos Fundamentais Sociais**. São Paulo: Saraiva, 2010.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2010.

MANUS, Pedro Paulo Texeira; ROMAR, Carla Teresa Martins (Orgs.). **Consolidação das Leis do Trabalho com interpretação Jurisprudencial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL II

Ementa: Sentença Penal. Recurso Voluntário e de Ofício. Recurso por petição e por terra. Apelação. Recurso em Sentido Estrito. Protesto por Novo Júri. Embargos. Hábeas Corpus. Ação Rescisória. Recurso Extraordinário. Carta Testemunhável. Reclamação. Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Processo Penal**. São Paulo: Atlas, 2005.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Código de Processo Penal Comentado** (Vol. 1 e 2). São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GRINOVER, Ada Pellegrini. FERNANDES, Antonio Scarance. GOMES FILHO, Antonio Magalhães. **As Nulidades no Processo Penal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

MACHADO, Antonio Alberto. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Atlas, 2010.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal** (Vol. 2). São Paulo: Saraiva, 2005.

TUCCI, Rogério L. **Direitos e Garantias Individuais no Processo Penal Brasileiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

Disciplina: TÉCNICA DE PESQUISA CIENTÍFICA

Ementa: Pesquisa bibliográfica como fundamentação teórica. Métodos e técnicas da pesquisa bibliográfica. Referências bibliográficas. Identificação e uso das fontes de informação. Estudos e aplicação das normas da ABNT. Técnicas de trabalho intelectual e comunicação científica. Normalização do trabalho científico. Elaboração e execução de trabalhos científicos. Comunicação científica. Diferenças entre resenhas, monografias, dissertações e teses.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CERVO, A. L., BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2010.

GIL, C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

MEDEIROS, J. B. **Redação Científica:** a prática de fichamentos, resumos resenhas. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASTOS, C. L. KELLER, Y. **Aprendendo a Aprender:** introdução à metodologia científica. Vozes: Petrópolis, 1997.

DEMO, P. **Pesquisa:** princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2001.

RUDIO, F. V. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica.** Petrópolis: Vozes, 2002.

Disciplina: PRÁTICA PENAL II

Ementa: Elaboração de Peças Processuais e extraprocessuais: Sentença Penal. Recurso Voluntário. Recurso de Ofício. Recurso por termo. Recurso por petição. Apelação. Recurso em sentido estrito. Protesto por novo júri. Embargos. Hábeas Corpus. Ação Rescisória. Recurso Extraordinário. Carta Testemunhável. Reclamação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal. Parte Geral** (Vol. 1). Editora Impetus, 2011.

MACHADO, Antonio Alberto. **Curso de Processo Penal.** São Paulo: Atlas, 2010.

TOURINHO FILHO, Fernando Costa. **Prática de Processo Penal.** São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal.** São Paulo: Saraiva, 2003.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Processo Penal.** São Paulo: Atlas, 2005.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal** (Vol. 2). São Paulo: Saraiva, 2005.

9º PERÍODO

Disciplina: INTRODUÇÃO AO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE DIREITO

Ementa: Exposição da qualidade do trabalho de graduação (monografia) evidenciada pela originalidade e criatividade, incentivando a opção por temas ligados ao Direito Ambiental, Empresarial e Internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ECO, Umberto. **Como se Faz uma Tese.** São Paulo: Perspectiva, 2010.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT Comentadas para Trabalhos Científicos**. Curitiba: Juruá, 2011.

NUNES, Rizzatto. **Manual da Monografia Jurídica**: como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese. São Paulo: Saraiva, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, Aidil J.P. LEHTELF, Neide A. S. **Projeto de Pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 2000.

CERVO, Amado Luis. BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. São Paulo: Makron Books, 2010.

HENRIQUES, Antonio. MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no Curso de Direito**: trabalho de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 2000.

Disciplina: DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Ementa: Sociedade internacional e o Direito Internacional. As fontes e os sujeitos do direito no contexto de intensificação das relações internacionais. A proteção internacional dos direitos humanos. O direito e a responsabilidade internacional. O direito e os conflitos internacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ACCIOLY, H. Silva, G. E. N. **Manual de Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2011.

HUSEK, C.R. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: LTr, 2010.

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público**: curso elementar. São Paulo: Saraiva, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **Introdução ao Direito Internacional Público**. São Paulo: Atlas, 2008.

DAVID, R. Os **Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

VARELLA, Marcelo D. **Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2012.

Disciplina: DIREITO DO TRABALHO II

Ementa: Estabilidade decenal, indenização do tempo de serviço e estabilidades provisórias. Contratos e Tutelas Especiais: Mulher, Menor, Rural, Doméstico, Temporário, Avulso e Eventual. Terceirização no Direito do Trabalho. Direito Coletivo do Trabalho. Liberdade Sindical. Organização Sindical Brasileira. Conflitos Coletivos do Trabalho e modos de solução: autotutela, autocomposição e heterocomposição (mediação, arbitragem e jurisdição). Negociação coletiva: convenções e acordos coletivos. Dissídios Coletivos de Trabalho. Sentença normativa. Greve e Lockout. Direito Internacional do Trabalho: OIT, convenções e tratados internacionais. Ratificação. Recomendações da OIT.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2011.

CUNHA, Maria Inês Moura S. A. da. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2004.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr., 2010.

MANUS, Pedro Paulo Texeira; ROMAR, Carla Teresa Martins (Orgs.). **Consolidação das Leis do Trabalho com interpretação Jurisprudencial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL III

Ementa: Penas privativas de liberdade; penas restritivas de direito, penas de multa, Regimes de Pena, Livramento Condicional, Suspensão Condicional da Pena; Execução da pena, agravo na execução. Anistia, Graça e Indulto, Carta Rogatória, Sentença Estrangeira e seus efeitos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Processo Penal**. São Paulo: Atlas, 2005.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Código de Processo Penal Comentado** (Vol. 2). São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOSCHI, Marcos Vinícius (Organizador). **Código de Processo Penal Comentado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

MACHADO, Antonio Alberto. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Atlas, 2010.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Execução Penal**. São Paulo: Atlas, 2004.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Código de Processo Penal Comentado** (Vol. 2). São Paulo: Saraiva, 2010.

Disciplina: DIREITO AMBIENTAL

Ementa: Meio Ambiente: origem e bens ambientais. Os Direitos Humanos e o Meio Ambiente. Princípios Ambientais. Legislação Ambiental. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Política Nacional do Meio Ambiente. CONAMA. IBAMA. Gerenciamento de Resíduos Sólidos. ANVISA. Instrumentos Processuais na Defesa do Meio Ambiente. Urbanismo e Meio Ambiente. Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Atuação Municipal, Estadual e Federal. Atuação do Ministério Público. Inquérito Civil Público e Ação Civil Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2011.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2011.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente e Gestão Ambiental em Foco**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, Gisele Ferreira de (Organizadora). **Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2008.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2010.

GRANZIERA, Maria Luíza Machado. **Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2009.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2011.

Disciplina: PRÁTICA PENAL III

Ementa: Elaboração de Peças Processuais e extraprocessuais: Medida Segurança. Execução Penal. Agravo de Execução. Pedido de Livramento Condicional. Anistia. Graça. Indulto. Carta Rogatória.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MACHADO, Antonio Alberto. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCÃO, Renato. **Curso de Execução Penal**. São Paulo: Saraiva, 2009.

TOURINHO FILHO, Fernando Costa. **Prática de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DELMANTO, Celso. **Código Penal Comentado**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Execução Penal**. São Paulo: Atlas, 2004.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Código de Processo Penal Comentado** (Vol. 2). São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVEIRA, Carlos Alberto de Arruda. LEAL, Adriano José. **Manual Doutrinário e Prático de Processo Penal**: doutrina, prática e jurisprudência. Leme-SP: Editora de Direito, 1999.

10º PERÍODO

Disciplina: TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Ementa: Orientação para confecção da Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), conforme Resolução CNE/CES nº 9/04 (Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso da IUML). Entrega dos termos de orientador e convidado. Entrega da Monografia em espirais e capa dura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CERVO, Amado Luis. BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. São Paulo: Makron Books, 2010.

ECO, Umberto. **Como se Faz uma Tese**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT Comentadas para Trabalhos Científicos**. Curitiba: Juruá, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, Aidil J.P. LEHTELF, Neide A. S. **Projeto de Pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 2000.

DEMO, Pedro. **Pesquisa:** princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2001.

GONSALVES, Elisa Pereira. Conversas sobre Iniciação à Pesquisa Científica. Campinas: Alínea, 2001.

HENRIQUES, Antonio. MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no Curso de Direito.** Trabalho de Conclusão de Curso. São Paulo: Atlas, 2000.

Disciplina: DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Ementa: Evolução do Direito Internacional Privado. O objeto do Direito Internacional Privado. O Conflito de Leis. Elementos de Conexão. A aplicação do direito estrangeiro em território nacional: homologação de sentença estrangeira. Os contratos internacionais do comércio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DOLINGER, J. **Direito Internacional Privado.** Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

RECHSTEINER, B.W. **Direito Internacional Privado:** teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 2010.

STRENGER, I. **Direito Internacional Privado.** São Paulo: LTr, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTRO, Amílcar. **Direito Internacional Privado.** Rio de Janeiro: Forense, 2004. STRENGER, I. **Contratos Internacionais do Comércio.** São Paulo: LTr, 1998.

STRENGER, I. **Teoria Geral do Direito Internacional Privado.** São Paulo: Edusp, 1973.

Disciplina: DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL

Ementa: Seguridade Social: conceito, fontes, princípios e aplicação. Relação com os demais ramos do Direito. Custeio. Segurados Obrigatórios e Facultativos. Contribuintes. Prescrição e Decadência. Benefícios. Assistência Social. Sistema Único de Saúde

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da Seguridade Social:** custeio da seguridade social, benefícios, acidentes do trabalho, assistência social, saúde. São Paulo: Atlas, 2005.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho.** São Paulo: LT, 2006.

SANTOS, Leandro Luís Camargo dos. **Curso de Direito da Seguridade Social.** São Paulo: LTr, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Aposentadoria Especial.** São Paulo: LTr, 2000.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Legislação Previdenciária**. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual Prático da Previdência Social**. São Paulo: Atlas, 2003.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Ementa: Direito processual do trabalho. Origens, desenvolvimento histórico, organização da Justiça do Trabalho e seus órgãos auxiliares. Ministério Público do Trabalho. Modos de solução dos conflitos trabalhistas individuais e coletivos. Competência da Justiça do Trabalho. Procedimentos comum e sumaríssimo. Recursos. Liquidação e execução. Dissídio Coletivo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso Prático de Processo do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2009.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2011.

GIGLIO, Wagner D. **Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2005.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São: LTR, 2006

MALTA, Christovão Piragibe Tostes. **Prática do Processo Trabalhista**. São Paulo: LTr, 2002.

Disciplina: DIREITO AGRÁRIO E URBANÍSTICO

Ementa: Direito Agrário nos séculos XVI e XVII. Lei das Terras. Expansão Agrícola. Questão Agrária no Brasil. Direito Agrário: aspectos gerais. Constituição Federal e Direito Agrário. Estatuto da Terra. Instrumentos de Defesa da Propriedade. Reforma Agrária. Direito Urbanístico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERREIRA, Pinto. **Curso de Direito Agrário**. São Paulo: Saraiva, 2002.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito Agrário Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2009.

OPTIZ, Oswaldo. OPTIZ, Silvia. **Curso Completo de Direito Agrário**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BORGES, Paulo Torminn. **Institutos Básicos de Direito Agrário**. São Paulo: Saraiva, 1998.

OLIVEIRA, Umberto Machado de. **Princípios de Direito Agrário na Constituição Vigente**. Curitiba: Juruá, 2010.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Comentários ao Estatuto da Cidade**. São Paulo: Revista dos Tribunais 2005.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2002.

Disciplina: PRÁTICA TRABALHISTA

Ementa: Elaboração de Peças Processuais e extraprocessuais: Reclamação Trabalhista. Resposta do réu. Inquérito para Apuração de Falta Grave. Recursos Ordinários. Agravos. Recurso Adesivo. Recurso de Revista. Embargos. Liquidação de Sentença. Execução Trabalhista. Incidentes. Execução. Visita Técnica e Audiências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso Prático de Processo do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2011.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2009.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São: LTR, 2006

MALTA, Christovão Piragibe Tostes. **Prática do Processo Trabalhista**. São Paulo: LTr, 2002.

Disciplina: LIBRAS (OPTATIVA)

Ementa: Estudo da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, em caráter presencial, com a apresentação do sujeito surdo, sua cultura, sua língua e gramática. Referencial teórico interativo como paradigma teórico/metodológico alternativo prático para entendimento da cultura surda e suas especificidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPOVILLA, F.C. & RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua brasileira de sinais**. São Paulo: EDUSP, 2001. v1 e v.2.

LOPES, M. C. **Surdez & Educação**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v1. MOURA, M.C.; LODI, A.C.B e PEREIRA, M.C.C. (Org.) **Língua de sinais e educação do surdo**. São Paulo: Tec Art,1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Decreto n º 5626 de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais**, 2005.

SILVA, I.R.;KAUCHAKJE,S.;GESUELI,Z.M. **Cidadania, surdez e linguagem**: desafios e realidades.São Paulo: Plexus Editora, 2003.

SILVA, L. M. O estranhamento causado pela deficiência. **Revista Brasileira de Educação**. v.11,n33, set/dez, 2006.

SKLIAR, C. **Atualidades da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, v. 2. 1999.

WITKOSKI, S. A. Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada. **Revista Brasileira de Educação**. v.14, n.42, set/dez, 2009.

1.7. Metodologia

A metodologia de ensino envolve aulas expositivas, análise de textos, grupos de debates e seminários, todos eles pautados pela interdisciplinaridade. Na busca da adequação do método de avaliação de ensino-aprendizagem à concepção do curso, propõem-se e desenvolvem-se, por meio dos instrumentos de avaliação, questões que exigem habilidades como: capacidade de raciocínio, observação, interpretação, análise crítica e resolução de problemas. Permanentemente os alunos são colocados em contato e incentivados a participar de diversas atividades acadêmicas e multidisciplinares.

Em atendimento aos objetivos do curso de Bacharelado em Direito, o processo de formação desses futuros profissionais se dá por meio de disciplinas que contemplam a teoria e a prática, capacitando o profissional para atuar nos diferentes campos que oportunizem a sua futura atuação.

Em vista disso, as disciplinas são ministradas com o emprego de recursos e métodos que propiciem ao aluno o alcance desses objetivos e o desenvolvimento de sua capacidade de iniciativa. Assim é que, nas disciplinas teóricas, são empregados suportes tecnológicos tais como: recursos audiovisuais, acesso à internet, dentre outros, com vista à dinamizar o aprendizado e incentivar a busca do conhecimento. Para o suporte de um desenvolvimento

autônomo do discente, encontram-se disponíveis o Portal do Aluno integrado com a plataforma Moodle, que vieram para modernizar e facilitar ainda mais o trabalho desenvolvido nas disciplinas, transformando-se em importantes ferramentas de apoio para o docente, e elementos facilitadores para os discentes, já que permitem aos mesmos acessar os conteúdos disponibilizados pelos professores, bem como os planos de disciplina e materiais complementares de apoio às aulas.

Com relação às aulas práticas desenvolvidas no decorrer do curso, cumpre salientar que as mesmas são concebidas e ministradas de acordo com as especificidades de cada disciplina. Para tanto, os discentes dispõem, de laboratórios de informática (quando necessário), além de conter nos conteúdos das disciplinas de estágio supervisionado, visitas a órgãos públicos e participação como ouvinte observador, em audiência de conciliação e instrução. Ademais, há a disponibilidade de o discente estagiar no anexo do Juizado Especial Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, situado nas dependências do Centro Universitário e ainda no Escritório de Assistência Judiciária (EAJ) também mantido pela IES.

Além disso, utiliza-se também como metodologia, estudo de casos para aplicação da teoria e desenvolvimento do raciocínio lógico do aluno. A postura interdisciplinar é concebida no curso como um campo aberto para que, a partir de uma organização didática disciplinar por especialidades, se possam estabelecer novas competências e habilidades por meio de uma postura pautada em uma visão global do currículo formativo.

O caráter interdisciplinar, necessário para a integração entre as diversas áreas, foi considerado tanto na elaboração de grade curricular, principalmente por meio de sequências temáticas, seus correspondentes pré-requisitos e das transversalidades, quanto na sua execução. Para tanto, é relevante a participação do corpo docente que, motivado a atuar de forma coletiva, valorize essa política integração disciplinar proporcionando aos discentes a visão multi e interdisciplinar que pauta o Curso de Bacharelado em Direito.

Neste contexto, os discentes participam frequentemente de eventos no próprio Centro Universitário, que abordam assuntos complementares aos conteúdos programáticos, bem como de outros eventos na cidade e região como atividade extracurricular, de grande importância para a sua formação.

1.8. Estágio Curricular Supervisionado

O aluno, através de suas Coordenadorias de Cursos, recebe orientações quanto aos estágios curriculares e extra-curriculares, como também têm disponibilizado, conforme necessidade, professores para orientação de metodologia de trabalhos científicos, inclusive de iniciação científica.

No Curso de Direito, o Núcleo de Prática Jurídica, através das atividades complementares, de extensão, de cursos, capacitações e habilitações, bem como, do Escritório de Assistência Judiciária, Juizado Especial Cível – Anexo Moura Lacerda, atua no apoio didático-pedagógico e prático ao discente, especialmente através dos seus supervisores com horas-atividade para esse fim.

Durante a realização do estágio, o aluno tem suas atividades acompanhadas pela coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica, com quem pode discutir e planejar o desenvolvimento das atividades propostas pela disciplina, avaliando assim, permanentemente o estagiário quanto às questões de cumprimento das atividades, aspectos profissionais e humanos, tanto na fase de participação, quanto na fase de observação.

O Núcleo de Prática Jurídica regulamenta a prática e o exercício do estágio supervisionado, bem como sua comprovação pelos alunos. No início de cada semestre letivo, os alunos recebem cópia deste regulamento, sendo ainda visitados em suas salas pela coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica, que sempre se predispõe a sanar quaisquer dúvidas remanescentes dos discentes.

Abaixo as atividades referentes ao estágio supervisionado:

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (carga horária 60h/semestre)

Terceiro Período (Estágio Supervisionado I)
Relatório de 02 (duas) audiências de Conciliação Cível: 30h
Elaborar pesquisa sobre os principais aspectos da Lei 9099/95 – “Juizado Especial Cível”: 15h
Elaborar pesquisa sobre os principais aspectos da Lei 1060/50 – “Assistência Judiciária Gratuita”. 15 h
Quarto Período (Estágio Supervisionado II)
Relatório de 02 (duas) audiências de Instrução e Julgamento Cível: 30h
Elaborar pesquisa sobre a finalidade e funcionamento do “Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/SP” – Disponível no site www.oabsp.org.br : 15h
Resenha de autos findos - Cível/Juizado Especial Cível: 15h
Quinto Período (Estágio Supervisionado III)
Relatório sobre uma sessão plenária na Câmara Municipal: 30h - acompanhar a votação em plenário de uma pauta de projetos – anexar a pauta de projetos da sessão do dia ao seu relatório. OU - Realizar pesquisa sobre o processo legislativo
02 (duas) Resenhas de autos findos - Cível/Juizado Especial Cível: 30h
Sexto Período (Estágio Supervisionado IV)
Relatório: 01 (uma) audiência de Conciliação na Justiça Federal: 15h 01 (uma) audiência de Instrução e Julgamento na Justiça Federal: 15h
Elaborar pesquisa sobre os principais aspectos da Lei 13.140/15 (Mediação) e da Lei 9307/96 (Arbitragem) estabelecendo as principais diferenças entre os dois institutos. Fazer referência ao Novo CPC quanto à previsão da mediação: 30h
Sétimo Período (Estágio Supervisionado V)
Relatório de 02 (duas) audiências de Conciliação Penal – JECRIM: 10h
Relatório de 02 (duas) audiências de Instrução e Julgamento Criminal: 10h
Resenha de autos findos – Criminal: 10h
Elaborar pesquisa sobre os aspectos relevantes da Lei 11.340/06 – “Lei Maria da Penha”: 30h
Oitavo Período (Estágio Supervisionado VI)
Resenha de autos findos – Tributário: 20h
Elaborar pesquisa sobre o que é e qual a finalidade do PROCON: 30h
Elaborar pesquisa sobre os aspectos relevantes da Lei 8069/90 – “Estatuto da Criança e do Adolescente” abordando o funcionamento da Fundação Casa: 10h

Nono Período (Estágio Supervisionado VII)
Relatório de audiência do Tribunal do Júri: 30h
Elaborar pesquisa sobre o funcionamento do “Sistema Prisional Brasileiro”: 10h
Análise de 02 (duas) jurisprudências criminais – anexar jurisprudências: 20h
Décimo Período (Estágio Supervisionado VIII)
Relatório:
01 (uma) audiência de Conciliação na Justiça Trabalhista: 15h
01 (uma) audiência de Instrução e Julgamento na Justiça Trabalhista: 15h
Resenha de autos findos – Trabalhista: 10h
Análise de 02 (duas) jurisprudências trabalhistas – anexar jurisprudências: 20h

1.9. Atividades Complementares

1.9.1. Oferta Regular de Atividade pela IES

Os alunos durante o cursoDireito possuem a oportunidade de participar de diferentes atividades programadas regularmente pelo Centro Universitário.

Dentre elas podemos destacar:

- Simpósios, jornadas e semanas acadêmicas(Semana Jurídica);
- Palestras direcionadas ao curso e outras de conhecimentos gerais;
- Cursos de Extensão;
- Participação em atividades de voluntariado e responsabilidade social

Da mesma forma incentiva-se à participação dos alunos em atividades fora do Centro Universitário por meio de:

- Divulgação interna de eventos relevantes nas diversas áreas;
- Constante incentivo para a participação em seminários, congressos da área, e palestras específicas objetivando uma formação mais completa;
- Visitas e viagens monitoradas em locais de interesse do curso.

As atividades de Extensão são vistas no curso como uma oportunidade de adquirir conhecimento que complementam a formação do aluno.

Em conexão aos objetivos do CUML, essas atividades são voltadas à formação de um profissional dotado de visão aberta e com foco nas questões contemporâneas da área em que pretende atuar, de forma a permitir ao egresso a participação em atividades práticas e reflexivas.

A carga horária para estas atividades está descrita na tabela abaixo:

Atividades Acadêmico-Científicas	Carga horária Máxima
Cursos de Extensão e Cursos Abertos	40
Cursos On-Line	*
Monitoria (Inclui vínculo aos Núcleos de Pesquisa e Extensão)	40
Apresentação de Trabalho em Evento Científico (Comunicação/Painel)	20
Participação em Evento Científico	40
Workshop (Como aluna/aluno)	40
Iniciação Científica (PIC ou Voluntária)	30
Palestras	5
Defesa de Monografia (Assistir)	5
Publicação (Revista Científica)	40
Visitas Monitoradas	**
Visita Técnica	5
Leitura Orientada/Resenha	**
Semana Temática (De Cursos)	**
Participação em Grupos de Estudos	**
Ministrar Cursos (Habilitado para ministrar curso)	*
Proferir Palestra (Tema Acadêmico)	15
Atividades Acadêmicas	Carga horária Máxima
Estágio Opcional	20
Organização de Eventos	20
Representação Discente	10
Colegiado	10
Participação em Eventos Diversos	**
Atividades voltadas para a Profissão	10
Atividades Culturais	Carga horária Máxima
Filmes/Teatro/Concertos/Exposição de Artes Plásticas/Desfiles	5
Participação no Blog – Curso/Instituição	10
Publicação de Livro	40
Exposição Artística/Cultural (realizada pelo/a aluno/a)	20
Organização de Evento Artístico/Cultural (em caráter Acadêmico ou não-profissional)	15
Ministrar Cursos de Caráter Artístico/Cultural/Desportivo (em caráter Acadêmico ou não-profissional)	*
Disciplinas Optativas	40

Atividades de Responsabilidade Social	Carga horária Máxima
Campanhas Humanitárias	10
Prestação de Serviço/Assistência Social (Inclui Cursos Ministrados) em Caráter Esporádico	*
Vínculo a Instituições de Caráter Humanitário	10
Evento Educativo de Relações Étnico-Raciais	5
Vínculo a Instituições que tratem da Educação das Relações Étnico-Raciais	10
Participação em eventos que promovam a Educação Ambiental	5
Participação em comissões, comitês, etc., que promovam a Educação Ambiental	10

*De acordo com o curso

** Definidas pelo Coordenador/Professor Responsável

Documentação Exigida para Validação das Horas em Atividades Complementares

- Certificados (Fotocópia) da Atividade, com os dados necessários para a comprovação (Nome da aluna/aluno, data, número de horas, assinatura e carimbo da Instituição Patrocinadora/Empresa).
- Preenchimento da Ficha Específica para Atividades promovidas pela Instituição e/ou sem Certificação (Atividades Culturais).
- Registro Fotográfico e Ingresso (meia entrada) para Atividades culturais, seguido da descrição/resenhada Atividade na Ficha Específica.
- Outras atividades poderão ser avaliadas individualmente pela Coordenadora do Curso, apresentada em tempo hábil.

• Simpósio de Produção Científica

O Centro Universitário Moura Lacerda promove, anualmente, o Simpósio de Produção Científica com o objetivo de oferecer oportunidade aos docentes, discentes e ex-alunos da graduação e pós-graduação, para divulgarem seus trabalhos de pesquisa, nas diferentes áreas de atuação. Em 2018 será realizada a 16ª edição, do Simpósio de Produção Científica.

• Publicações

Para divulgação da produção científica, o Centro Universitário Moura Lacerda, possui uma Comissão de Publicações, que seleciona e edita o material produzido nos diferentes

curso do CUML, produto de TCC, Iniciação Científica, ou artigos de “cases” estudados nos projetos interdisciplinares.

As Publicações constituem-se num portal de divulgação do conhecimento produzido no âmbito acadêmico desta Instituição e de outras, regionais ou estaduais, propiciando a interlocução entre pesquisadores de diferentes áreas ou de conhecimento afins, estimulando o diálogo e o debate entre a comunidade acadêmica e a sociedade.

Os esforços constantes de implementação, de redirecionamento e de consolidação dos periódicos permitem revitalizar a tradição do Centro Universitário Moura Lacerda, de publicar periódicos científicos relevantes para o desenvolvimento da ciência e da cultura.

Com um fundo editorial voltados para o campo das humanidades, da ciência e da tecnologia - **Revista Montagem, Revista Plures, Revista Primeiros Passos**, o Centro Universitário Moura Lacerda vem cumprindo o seu compromisso institucional de agente e colaborador no processo de inter-cruzamento do ensino, da pesquisa e da extensão, prática imprescindível na vida universitária.

1.10. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

A Resolução CNE/CES no 9 de 29 de setembro de 2004, ao definir as Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Direito, estabeleceu no artigo 10, parágrafo único, a obrigatoriedade do Trabalho de Conclusão de Curso, como atividade de síntese e integração do conhecimento. Nesse contexto, o Centro Universitário Moura Lacerda estabeleceu no Projeto Pedagógico do Curso de Direito o Trabalho de Conclusão de Curso como disciplina oferecida nos nono e décimo períodos do curso (quinto ano).

O Trabalho de Conclusão de Curso consiste na elaboração e desenvolvimento de uma monografia, que verse sobre um tema da realidade, ligado a pelo menos uma das disciplinas ministradas ao longo dos 5 (cinco) anos do Curso de Direito. A monografia, como exigência parcial para obtenção de graduação, deve apresentar um estudo por escrito de um tema específico e com objetivo bem delimitado. Sua característica é expor a reconstrução racional e lógica desse tema, tratado com base na cientificidade. A qualidade da monografia é evidenciada pela originalidade e criatividade demonstrada pelo graduando, quando expõe sua leitura e interpretação do conteúdo tematizado. O valor do trabalho de graduação está

na riqueza das análises, sínteses, interpretações, comentários e pontos de vista relatados de maneira sistemática, com base em teorias já estudadas, que demonstrem o crescimento intelectual e profissional do graduando na busca de conhecimento sobre a realidade.

Para o desenvolvimento do trabalho de conclusão, o graduando recebe orientação individual semanal, sendo que o horário de orientação deverá ser estabelecido entre as partes (orientador e orientando). Sob orientação do professor, o graduando desenvolve a pesquisa e conclui o cronograma curricular. O graduando deve apresentar sua pesquisa de forma oral e escrita no último semestre, submetendo-se a uma Banca Examinadora composta por três professores. O Presidente da Banca será o Professor Orientador, sendo que os demais membros serão um professor do Centro Universitário Moura Lacerda (indicado pela instituição), e um profissional da área jurídica (não pertencente ao quadro da instituição), convidado pelo aluno.

1.11. Apoio ao discente

A Instituição busca atender os discentes por meio de ações que os beneficiem nos aspectos materiais, humanos, culturais, éticos, financeiros e intelectuais.

Para tanto, disponibiliza infraestrutura que emprega recursos audiovisuais, laboratórios de informática, acesso à internet e *wireless*, nas suas unidades escolares, além de adequações das instalações que facilitam o acesso a portadores de necessidades especiais.

A Coordenação do curso mantém uma política de fácil acesso aos estudantes; qualquer problema ocorrido em sala de aula é trabalhado em conjunto com professores e alunos para melhor solução. Dentre os meios de acesso que os alunos possuem estão:

- e-mail direto com a coordenação;
- presença dos coordenadores, para atendimento diário, em todos os períodos (manhã, tarde e noite);
- Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) com funcionários e coordenação próprios à disposição do aluno nos períodos de funcionamento do curso;
- Estágios (remunerados ou não), oferecidos e supervisionados pela própria Instituição.

Na primeira semana de aula, objetivando a ambientação dos novos alunos e a integração entre calouros e veteranos, é desenvolvido um programa composto por vários itens: apresentação Institucional pela Reitoria; apresentação dos Coordenadores e Corpo Docente; entrega do Guia do Aluno (contendo procedimentos acadêmicos e outras informações importantes); atividades de apresentação dos cursos; tour pela Unidade I – Sede, Unidade II - Campus; eventos culturais, artísticos, comunitários e sociais; e demais outros à critério da programação esboçada.

São oferecidos mecanismos de nivelamento acadêmico através do oferecimento de disciplinas obrigatórias, de cunho básico, visando fornecer informações necessárias à progressão, como é o caso de matemática, cálculo e língua portuguesa.

O regime de matrícula na graduação (licenciatura e bacharelado) é feito por disciplina, o que permite aos alunos cursarem qualquer disciplina oferecida pelos demais cursos além do seu, como forma de enriquecimento acadêmico.

O acesso pelo Portal Acadêmico permite aos discentes verificar sua vida escolar e gerenciar notas, faltas, matrículas e pagamentos, mediante a utilização de senha específica, funcionando totalmente via internet.

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico, localizado na Unidade Sede, atende alunos encaminhados pelos coordenadores do curso, realizando a triagem e, se necessário, o agendamento para atendimento das necessidades individuais do aluno.

Em casos de atendimento de emergência, existem enfermarias nas três unidades escolares, munidas de equipamentos e funcionários capacitados, para o primeiro atendimento, além da proteção da Unimed “Área Protegida” que atende às emergências com primeiros socorros e transporte em ambulâncias equipadas para os hospitais locais.

É contratado, também, um seguro de vida pessoal para os alunos que venham a se acidentar no trajeto e/ou nas suas dependências escolares, além de cobertura de parte de despesas médicas hospitalares, conforme apólice firmada com a empresa MET LIFE SEGURADORA.

O Centro Universitário conta com um programa de Ouvidoria, que atende as três Unidades do Centro Universitário, via internet, telefone e atendimento pessoal. A procura é boa e o resultado tem se mostrado acima das expectativas.

A instituição conta com um programa de Monitoria que consiste no apoio aos alunos na forma de plantões de dúvidas em horários alternativos ou no apoio durante os horários de aula, conforme a necessidade de cada disciplina, avaliada pelo professor responsável.

Os plantões de dúvida ou os apoios presenciais em horários de aula têm como Monitores alunos previamente selecionados e professores disponibilizados para esta atividade.

Os Monitores são selecionados a cada semestre, de acordo com as disciplinas oferecidas, conforme edital publicado.

A cada novo semestre é divulgada a relação de disciplinas que fizeram a solicitação de apoio de Monitores, conforme a demanda divulgada pelas coordenações de cursos.

Para participar dos plantões de dúvidas, os alunos devem comparecer nos locais, dias e horários informados através do site institucional no início do semestre, sempre que acharem necessário.

A participação como aluno nos plantões de dúvidas não acarreta a obrigatoriedade da emissão de declaração de atividade complementar pela Instituição, cabendo ao Coordenador de cada Curso ou do Setor de Monitoria decidir se será ou não contabilizada a quantidade de horas como atividade complementar.

Os alunos Monitores recebem a declaração das horas disponibilizadas para a atividade, de acordo com a carga horária, que pode ser utilizada para comprovação de atividade complementar do curso e para o ingresso em cursos de pós-graduação, uma vez que a atividade de Monitoria possui bastante reconhecimento dentro da carreira acadêmica.

A participação nos plantões de dúvidas, tanto de alunos como de Monitores, não contabiliza nota de participação direta nas disciplinas regulares do semestre letivo, apenas auxilia o estudo e reforça conteúdos estudados em disciplinas regulares oferecidas semestralmente.

1.12. Ações Decorrentes dos Processos de Avaliação do Curso

A avaliação do Curso de Direito, desde a sua criação integra o processo de avaliação interno da Instituição. Periodicamente, professores e gestores do curso promovem reuniões de avaliação, utilizando os resultados como uma forma de reflexão do processo e melhoria do ensino, cujas decisões são respaldadas pelos resultados da avaliação institucional (CPA)

promovendo alterações curriculares, quando necessárias, com a introdução de disciplinas e atividades que contribuam para a inovação dos conteúdos e das práticas curriculares.

O acompanhamento e o controle pedagógico do curso são realizados pelo Coordenador, pelo NDE e pelo Colegiado de Curso. Algumas estratégias permitem a análise dos resultados obtidos durante o curso para possíveis reformulações:

1. Incentivo à realização de atividades interdisciplinares como elaboração de trabalhos comuns, seminários, estudos de casos e outros que envolvam várias disciplinas.
2. Interface teórico-prática por meio da análise dos conteúdos curriculares e das práticas pedagógicas.
3. Reelaboração dos conteúdos, metodologia em função dos resultados da autoavaliação do curso.
4. Criação de momentos regulares e formais de avaliação do currículo do curso pelo NDE e pelo Colegiado de curso.
5. Implantação de ações que possibilitem a articulação entre o curso e a comunidade por meio dos princípios de responsabilidade social, extensão e pós-graduação.
6. Análise do aproveitamento dos alunos, como indicador do desempenho do docente, visando propor ações de capacitação.
7. Verificação dos instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes.

1.13. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) no Processo de Ensino-Aprendizagem

Os conteúdos curriculares desenvolvidos incluem mecanismos que garantem a articulação da vida acadêmica com a realidade social e inovações tecnológicas. Assim é que, nas disciplinas teóricas, são empregados suportes tecnológicos atualizados tais como: recursos audiovisuais (projeto multimídia, data-show, retro-projetor, CD e DVD player); laboratórios de informática com, acesso à Internet, dentre outros, quando necessário, visando à dinamização do aprendizado e o incentivo pela busca do conhecimento. Como suporte para um desenvolvimento autônomo do aluno o Portal do Aluno é integrado com a plataforma Moodle, que veio modernizar e facilitar ainda mais o trabalho desenvolvido pelos docentes nas disciplinas, transformando-se em importante ferramenta de apoio e um facilitador para os alunos, já que permite a eles acessarem os conteúdos disponibilizados tais

como, planos de disciplina, materiais de apoio às aulas, textos para leitura, lista de materiais e exercícios, além do acesso a obras acadêmicas através da da Plataforma de biblioteca virtual “*Minha Biblioteca*” no momento em que o aluno desejar e em qualquer local, bastando para isso logar no sistema via internet e identificar-se com sua senha, entre outros.

Reconhecendo que uma proposta de educação, no decurso do século XXI, não poderia ignorar e nem negligenciar a utilização de novas tecnologias e de metodologias educacionais, o Centro Universitário Moura Lacerda vem, desde o ano 2000, buscando sintonias com o tempo.

Sensibilizada pelas profundas mudanças na maneira das pessoas se comunicarem, de se relacionarem e de adquirirem conhecimentos, a Instituição compreendeu a necessidade de uma redefinição em seus ambientes de ensino e de aprendizado. Iniciou-se, assim, um processo de mobilização de seus recursos, de qualificação de seus sujeitos, para inserir-se nos novos paradigmas educacionais e incorporar, em seu cotidiano universitário, tecnologias que propiciassem não apenas a inclusão digital em sua comunidade acadêmica, mas oferecer instrumentos tecnológicos educacionais para o processo de ensino e aprendizagem.

A partir de 2003 foi estabelecida uma política institucional, com a criação do **Núcleo de Educação a Distância - NEAD**, vinculado, academicamente, ao Gabinete do Reitor, e subordinado à Diretoria Executiva da Instituição Universitária Moura Lacerda. O Núcleo tornou-se o responsável pela concepção, produção, gestão, difusão e avaliação de projetos e experiências na modalidade a Distância.

A implementação do Ambiente Virtual de Aprendizagem, disponibilizado pela tecnologia, ocorreu com o credenciamento junto à Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, da Plataforma Educacional TelEduc, direcionada ao gerenciamento das atividades escolares realizadas a distância. Foi instituído, então, o Moura Lacerda Virtual, tendo como Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA - TeleEduc.

Visando instaurar uma nova cultura acadêmica para o uso dessa plataforma educacional foram oferecidas, de formas simultâneas, capacitações para o corpo docente e discente, bem como suportes técnicos para dúvidas e informes quanto ao uso da plataforma. Houve incentivos para que docentes participassem de Encontros e Fóruns que propiciassem a familiarização com essa nova metodologia de ensino. No decurso do tempo, em 2010, foi

implementada como Ambiente Virtual de Aprendizagem(AVA) a Plataforma Moodle, administrada pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação – TI.

A Plataforma Moodle constitui-se, portanto, no Ambiente Virtual de Aprendizagem(AVA) utilizado pelos cursos oferecidos pelo Centro Universitário Moura Lacerda. A plataforma foi customizada para as atividades educacionais propostas pela Instituição, apresentando as ferramentas de comunicação, a postagem dos materiais didáticos para o ensino e propicia a interação e a dinamização no processo de aprendizagem, por meio de ferramentas interativas.

Na página inicial, encontram-se informações referentes as formas de acesso, sobre os cronogramas das disciplinas que o aluno está cursando e informações acadêmicas, como cronogramas de aulas, calendário de provas e horários para atendimento presencial e telefônico.

Ao acessar a disciplina em que está matriculado, o aluno terá acesso às ferramentas específicas direcionadas ao estudo, como material didático, material impresso e atividades de estudos. Possui setores especializados na produção de objetos de aprendizagem virtuais, que são disponibilizados na plataforma de acordo com a necessidade e estruturação de cada curso e disciplina. A Plataforma Educacional possui múltiplas aplicações relacionadas com o suporte às atividades acadêmicas e ao gerenciamento dos processos de avaliação institucional. Atua nos processos mais decisivos para Educação a Distância e vem sendo, gradativamente, incorporada às rotinas do trabalho de docentes e discentes, tanto nas disciplinas oferecidas na modalidade a distância como nas presenciais

1.13.1. Disciplinas Semipresenciais

Ancorada na Portaria do MEC nº 4.059, de 10/12/2004, que dispõe sobre a oferta de disciplinas semipresenciais no currículo dos cursos superiores, reconhecidos, a Instituição Universitária Moura Lacerda, no ano de 2007, iniciou a oferta de disciplinas, já existentes nas grades curriculares, na modalidade semipresencial. No que tange ao Curso de Direito as disciplinas (Metodologia de Pesquisa Científica e Sociologia) com dois créditos cada uma, ministradas, respectivamente, no primeiro e segundo período do curso, se enquadra nesta modalidade de semipresencial.

1.14. Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino-aprendizagem

A avaliação da aprendizagem no Curso de Direito é entendida como um processo contínuo, sistemático e integral de acompanhamento e julgamento do nível no qual os alunos e professores se encontram, em relação ao alcance dos objetivos desejados na formação do profissional em questão.

Nesse sentido, deve ser entendida como um processo indissociável da dinâmica de ensino e aprendizagem, pois implica na realização de verificações planejadas para obter diagnósticos periódicos do desempenho dos alunos em relação à transmissão/assimilação e construção/produção dos conhecimentos, habilidades e atitudes desejadas, possibilitando o replanejamento das ações sempre que necessário.

Obedecidas as regras fixadas no Regimento Geral do Centro Universitário, confere-se ao docente a autonomia de estabelecer, de acordo com o programa e as características da disciplina, os métodos e instrumentos de avaliação (provas teóricas, provas práticas, realização e apresentação de trabalhos, seminários, avaliação do grau de participação e iniciativa dos alunos nas atividades propostas no desenvolvimento da disciplina). Os resultados obtidos nessas avaliações são sistematicamente levados pelos docentes, à discussão com a coordenadoria do curso, permitindo a reavaliação da metodologia na busca da constante melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

O Regimento Geral do Centro Universitário Moura Lacerda disciplina a avaliação da seguinte forma:

Art. 53º. O processo de avaliação da aprendizagem é parte integrante do processo de ensino e obedece às normas e procedimentos pedagógicos estabelecidos pelo CEPEX, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Art. 54º. A apuração do rendimento acadêmico é feita semestralmente, para cursos semestrais, e anualmente, para cursos anuais, por disciplina, e incidirá sobre a frequência e o aproveitamento acadêmico dos alunos, cabendo ao professor a atribuição de notas e o controle da frequência.

Parágrafo único. Caberá ao Coordenador de Curso, o controle do cumprimento dessa obrigação dentro dos prazos estabelecidos, intervindo em caso de omissão.

Art. 55º. A nota semestral será o resultado da média aritmética de duas notas obrigatórias, atribuídas ao aluno no decorrer do semestre, sem arredondamento.

§ 1º. No caso de cursos anuais, a nota anual será o resultado da média aritmética das quatro notas obrigatórias, atribuídas no decorrer do ano, sem arredondamento.

§ 2º. As notas parciais obrigatórias, N1 e N2 nos cursos semestrais ou N1, N2, N3 e N4 nos cursos anuais, resultam da utilização de dois ou mais instrumentos de avaliação diferentes, sendo um deles, obrigatoriamente, as provas realizadas em datas prefixadas.

Art. 56º. As notas semestral e anual atribuídas aos alunos variarão de zero a dez, admitindo-se meio ponto.

Art. 57º. Para aprovação na disciplina, o aluno deverá ter frequência mínima de (75%) e nota semestral ou anual superior ou igual a 6,0 (seis inteiros), resultante da média aritmética das duas notas (N1 e N2) obtidas no semestre, ou das quatro notas (N1, N2, N3 e N4), no caso de cursos anuais.

§ 1º. A terceira prova (Prova Substitutiva) terá como função substituir a menor das notas N1 ou N2, para os cursos semestrais ou N1, N2, N3 ou N4, para os cursos anuais.

§ 2º. O aluno que deixar de comparecer a qualquer uma das provas realizadas em datas prefixadas, deverá realizar a Prova Substitutiva, assim como o aluno que não atingir a média final mínima de 6,0 (seis inteiros), resultante da média aritmética das duas notas (N1 e N2) obtidas no semestre, ou das quatro notas (N1, N2, N3 e N4), no caso de cursos anuais.

§ 3º. A Prova Substitutiva será obrigatoriamente aplicada na última semana de aula de cada semestre do calendário escolar para os cursos semestrais e na última semana de aula do ano para os cursos anuais, sendo que o conteúdo dessa avaliação deverá compreender todo o conteúdo programático da disciplina ministrado no respectivo semestre (para cursos semestrais) ou no ano letivo (para os cursos anuais).

§ 4º. Em caso de reprovação por nota e aprovação por frequência, o aluno poderá requerer matrícula para o próximo semestre ou ano letivo em que a disciplina for oferecida, com opção de frequência e obrigatoriedade da realização das provas e/ou trabalhos e atividades determinadas para a disciplina.

§ 5º. O aluno amparado por normas legais específicas poderá requerer, ao Coordenador do Curso, o direito a tratamento excepcional de compensação de ausências, através de exercícios domiciliares, com acompanhamento do professor da(s) disciplina(s) requerido dentro de 72 horas após a expedição do documento comprobatório.

Art. 58º. Pode ser concedido pedido de reconsideração de nota, requerido pelo interessado, dirigido ao Coordenador de Curso, no prazo máximo de setenta e duas horas após a sua divulgação.

§ 1º. As notas e a porcentagem de frequência serão divulgadas pelo portal do aluno durante o período letivo.

§ 2º. A decisão sobre o pedido de reconsideração de nota caberá ao Coordenador de Curso, em decisão conjunta com o professor responsável e/ou aquele devidamente convocado para tal. Do resultado da reconsideração será dado vista ao aluno.

1.14.1. Avaliação Institucional

O programa de Avaliação Institucional foi introduzido em 1997 com o objetivo de compatibilizar os aspectos legais existentes, com os de interesses gerais da instituição, produzindo instrumentos adequados ao desenvolvimento institucional e ao atendimento dos procedimentos fixados pelo MEC.

A Avaliação Institucional é um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico com relação ao Ensino, Pesquisa e Extensão, um instrumento importante para o planejamento da gestão universitária e prestações de contas à sociedade. Visa oferecer instrumentos de acompanhamento, análise e avaliação das funções e atividades acadêmicas, bem como, de apoio técnico administrativo, que subsidiem o processo de desenvolvimento institucional e o estabelecimento de práticas, diretrizes e estratégias para o cumprimento da missão da instituição, como forma de avaliação e reprogramação das metas previstas no PDI em função dos diagnósticos obtidos.

As informações são organizadas em relatórios descritivos e disponibilizadas à Comunidade Acadêmica, principalmente por meio de ferramentas on-line (site e portais de aluno e professor). O processo de avaliação interna, está em permanente desenvolvimento e compatibilizado com o sistema de avaliação externa do INEP, através do Exame Nacional de Desempenho Discente e dos relatórios de processos de reconhecimento, renovação de reconhecimento e credenciamento do Centro.

Integra o projeto de avaliação institucional modalidades de avaliação estratégicas focadas no PDI, através de diagnósticos executadas em diversos setores da Instituição e modalidades de avaliação do perfil da comunidade acadêmica, englobando perfil do aluno

interessante, avaliação da estrutura física e de serviços, avaliação do corpo docente, avaliação dos egressos e da comunidade externa, além das Avaliações do processo de ensino e aprendizagem. A CPA, por meio da análise de documentos oficiais, entrevistas e de questionários referentes às dez dimensões do SINAES, levanta indicadores para a melhoria da qualidade do ensino e das condições gerais da Instituição. Esses instrumentos de avaliação elaborados têm como base as dez dimensões do SINAES (lei 10861/2004).

O sistema de avaliação da Instituição abrange as seguintes categorias: Alunos, Professores, Funcionários e Comunidade (incluindo os egressos). Os questionários são disponibilizados às categorias no site da escola periodicamente conforme a natureza do instrumento. Os resultados obtidos são divulgados e analisados para planejamento de futuras ações, com o objetivo de melhoria do Ensino, das condições oferecidas, visando cumprir a missão do Centro Universitário e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

1.15. Ações Decorrentes do Processo de Avaliação do Curso

Tendo por base a missão institucional e o Plano de Desenvolvimento Institucional do Centro Universitário Moura Lacerda, o Curso de Direito vem apresentando progressivamente medidas que visem à melhoria do ensino, inovando e adequando a implementação de seu projeto pedagógico.

Para atingir referido resultado e o constante aperfeiçoamento do desempenho acadêmico no processo de aprendizado, bem como o seu conceito no ENADE, no IDD e no Conceito Preliminar de Curso, o Curso de Direito apresenta as seguintes ações:

- Ampliação do quadro docente com titulação *stricto sensu*, muito bem avaliado pelo corpo discente;
- Ampliação do acervo bibliográfico;
- Programas de monitoria;
- Reestruturação do programa de estágio supervisionado;
- Realização de ciclos palestras e apresentação de trabalhos;
- Simulados periódicos com questões de múltipla escolha.
- Ênfase na parte prática do Curso de Direito do CUML dado a existência do EAJe do Juizado Especial Cível;
- Cursos de extensão aprimorando e aprofundando o aprendizado;

- Desenvolvimento de atividades simuladas pelos alunos, como o Tribunal do Júri, supervisionadas pelos docentes do curso;
- Desenvolvimento de ação de responsabilidade social, como as ações cidadania, promovidas pela Prefeitura, com a participação de alunos do Curso de Direito do CUML prestando orientações jurídicas à população;
- Ênfase nos mecanismos de solução de controvérsias extrajudiciais com o Setor de Mediação.

1.15.1. Políticas de Acompanhamento de Egressos

O processo de Avaliação Institucional foi introduzido no Centro Universitário Moura Lacerda, com o objetivo de oferecer instrumentos de acompanhamento, análise e avaliação de todas as funções e atividades acadêmicas e de apoio técnico-administrativo.

Algumas etapas já foram desenvolvidas: avaliação socioeconômica dos alunos, auto-avaliação dos cursos, avaliação das Coordenações de Cursos, avaliação dos Docentes, avaliação da infraestrutura física e técnico-administrativa, compondo uma Avaliação Institucional.

A avaliação e acompanhamento dos egressos são realizados por meio da elaboração do cadastro de ex-alunos, verificação da incidência de matrículas de ex-alunos nos cursos de pós-graduação da Instituição e de outras Instituições da região, levantamento de associações de ex-alunos, reunião com ex-alunos, canais abertos pela instituição por meio do site institucional, comunicado via e-mail intitulado “NPJ informa”.

Os egressos normalmente perdem vínculo com a instituição formadora, o que impossibilita o acesso aos seus antigos professores e de certa forma com a Instituição. O Centro Universitário Moura Lacerda em apoio a seus egressos, está disponibilizando em seu site institucional um espaço destinado aos Egressos visando o acompanhamento da trajetória de seus ex-alunos no mercado de trabalho, mantê-los atualizados orientá-los em suas dificuldades profissionais, além de possibilitar um feedback da formação profissional desenvolvida pela Instituição, o que permite levantar indicadores para uma possível melhoria. Utilizando-se de modernas tecnologias de informação e comunicação oferecerá, através do site institucional, consultas ao corpo docente e a outras áreas institucionais. Esta interação se constituirá em um espaço de desenvolvimento profissional e de atualização

científica que poderá ser ampliado em, cursos de extensão, pós graduação, palestras, projetos, implementando o Programa de Acompanhamento de Egressos da Instituição, que tem como objetivo possibilitar que o egresso aprimore suas atividades profissionais, buscando a ampliação de seus horizontes.

Este Programa pretende colher dados sobre a inserção de seus egressos no mercado de trabalho e, ainda, obter informações do próprio mercado com a intenção de formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

A avaliação do egresso permite a verificação da qualidade dos cursos da Instituição, diante das novas exigências e necessidades reais do cenário mundial.

Para a consecução dos objetivos propostos o Centro Universitário mantém contato com seus ex-alunos por meio de:

- Facebook;
- Manutenção do link “Egresso” em sua página institucional;
- Questionário a ser preenchido pelo ex-aluno no link “Egresso”;
- Cadastro de ex-alunos.

1.16. Organização e Controle Acadêmico

O atual sistema de informação adotado pela Instituição foi implantado no 2º semestre de 2008 e desde então promoveu significativas mudanças nas informações acadêmicas. A arquitetura do sistema foi concebida de modo a trabalhar 100% na internet, sendo assim, alunos, funcionários e professores conseguem acessar os dados em qualquer computador que esteja ligado à rede, desde que tenham as devidas permissões (senhas).

Pelo sistema, o candidato pode efetuar sua inscrição no processo seletivo e receber uma senha de acesso. Classificado no processo e convocado a efetuar sua matrícula, por ser a primeira e necessitar de documentos comprobatórios, é realizada *in loco*. Feita a matrícula inicial, sua migração para o sistema é automática, facilitando todo o processo na Instituição. Pelo (site) página da Instituição, o aluno tem acesso a diversos serviços, conteúdos acadêmicos e informes.

Os alunos devem renovar suas matrículas, através do sistema disponibilizado, dentro dos prazos estabelecidos no calendário escolar.

Durante o andamento dos períodos letivos, o lançamento de notas e faltas é feito pelos professores através do Portal Acadêmico, que é um ambiente específico do sistema. Esses lançamentos, uma vez realizados, são imediatamente transferidos para o ambiente online no qual o aluno consulta e interage, através do Portal do Aluno.

Além das notas e faltas, os conteúdos ministrados aula a aula, são registrados no diário de classe eletrônico, que pode ser acompanhado pelos alunos via Portal do Aluno. Este, contém ainda várias possibilidades de consultas da sua atual situação no curso, bem como, outras informações como agendas e informações financeiras, material de aula colocado pelo professor, lista de exercícios, comunicados, dentre outros.

O sistema financeiro do aluno permite controlar todos os movimentos realizados, gerando um conjunto de relatórios usados pela Diretoria, Coordenação financeira e outros. O sistema também permite fazer a troca eletrônica de arquivos entre a Instituição e o banco, emitindo boletos para serem enviados aos alunos e baixas eletrônicas realizadas de maneira muito mais rápida. Por meio das informações inseridas, vários relatórios são obtidos em um tempo muito menor e em várias situações, instantaneamente.

O sistema permite um amplo cadastramento de disciplinas, cursos e estruturas curriculares, pelo qual é possível controlar a atualização de cada uma dessas características e organizar racionalmente a estruturação dos cursos. Da mesma forma, é possível controlar o calendário letivo, assinalando os dias letivos, feriados, não letivo e outros que impactam na carga horária ministrada. Assim, temos informatizado todo o registro acadêmico das turmas, facilitando a atualização e consultas por parte de toda comunidade acadêmica.

Ainda, tanto alunos quanto professores possuem acesso a plataforma Moodle disponibilizada para dar suporte ao registro acadêmico, possibilitando que os professores divulguem notas e conteúdos didáticos on-line.

1.16.1. Secretaria Geral

A Secretaria Geral é um órgão essencial na vida escolar. Responsável pelo controle dos registros acadêmicos, expede documentos de rotina escolar; emite livros de matrícula e resultados finais; controla a emissão e recebimento de guias de transferência e dá providências referentes aos aproveitamentos de estudos delas oriundos, de acordo com o coordenador do curso; elabora e encaminha os processos de registro de diplomas; zela pelo



arquivo da vida escolar; diários de classe; controles de frequência; estatísticas que atendem ao censo escolar e às informações solicitadas por outros órgãos públicos e municipais. Essa inter-relação de uma forma mais ampla pode ser observada através do Regimento/Estatuto e decorrentes manuais que norteiam a vida acadêmica.

2. CORPO DOCENTE

2.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Conforme artigo 1º, da Resolução 01, de 17/06/2010 – CONAES, o **Núcleo Docente Estruturante (NDE)** é formado por um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

São atribuições do NDE:

- Elaborar o Projeto Pedagógico do Curso definindo sua concepção e fundamentos;
- Atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso;
- Estabelecer e contribuir para a consolidação do perfil do profissional do egresso do curso;
- Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular para aprovação no Colegiado de Curso e posteriormente para o CEPEX, sempre que necessário;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as atividades de ensino constantes do currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão oriundas de necessidades da graduação, e de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Superiores de Graduação.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Direito é composto por professores, que ministram disciplinas no curso.

O NDE se reúne em sessão ordinária anual, e em sessão extraordinária, semestralmente, e sempre que for convocado pelo Coordenador do Curso, ou por solicitação da Reitoria. Aplicam-se a ele as seguintes normas:

- O NDE funciona, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta de seus membros, em segunda convocação, com qualquer número, e decide com a maioria simples;
 - As reuniões são convocadas com antecedência mínima de 48 horas, constando da convocação a pauta dos assuntos;
-

- Das reuniões são lavradas atas assinadas pelo presidente, após leitura e aprovação pelos membros;
- As decisões do NDE, dependendo da natureza são encaminhadas à deliberação dos órgãos superiores.

O NDE esta devidamente constituído pelos seus membros, nomeados pela Portaria de Designação 01-N/2017:

- Prof. Me. Anderson Salvador Romanello
- Profa. Dra. Carolina Assed Ferreira
- Profa. Dra. Célia Regina Vieira de Souza Leite
- Prof. Me. Jaime Leandro Bulos
- Profa. Ma. Soraia Cochoni Achicar

2.2. Atuação do Coordenador do Curso

A coordenadoria do Curso de Direito, é exercida Profa. Dra. Carolina Assed Ferreira. A mencionada coordenadoria constitui a base da construção e da reflexão que deu origem ao projeto pedagógico, e divide com o NDE e Colegiado de curso, a sua exequibilidade, dentro da concepção do mesmo, e de acordo com a realidade da educação nacional. As atribuições do coordenador constam no Regimento Geral do Centro Universitário.

Cabe aos Coordenadores:

- Desenvolver atividades acadêmicas e gerenciais, seguindo um planejamento que abrange, de forma global, desde a composição do corpo docente do curso, bem como a supervisão de suas atividades, garantindo o cumprimento das cargas horárias previstas para as disciplinas.
- Desenvolver, o planejamento vinculado ao projeto acadêmico, bem como a atualização juntamente com o NDE, o Colegiado de curso e o corpo docente, dos planos de ensino e da bibliografia.
- Ser responsável, ainda, pela elaboração dos horários de aula do curso, a atribuição das mesmas aos docentes, e também pela análise e decisão sobre adaptações, aproveitamento de estudos, dispensa de disciplinas, transferências, e outras solicitações de caráter acadêmico, efetuadas por meio de requerimentos dos discentes interessados.

A Coordenadoria, como parte do conjunto de suas ações, mantém uma política de fácil acesso aos discentes, estando disponível no período diverso do funcionamento do curso, para orientação dos alunos no que diz respeito ao seu desempenho e ao fluxo escolar, na compreensão da dinâmica das disciplinas por ele cursada, inclusive com a compatibilização de suas diversas atividades; intermediação para a solução de eventuais dificuldades de relacionamento com os docentes, e quaisquer outros problemas, inclusive de ordem pessoal, que estes queiram trazer a coordenação.

Supervisiona as condições de infraestrutura necessárias ao curso, bem como avalia e referenda, as solicitações de aquisições e melhorias encaminhadas pelos docentes, sempre que cabíveis no contexto do curso.

Participa efetivamente do processo decisório no curso em articulação com as instâncias acadêmico-administrativas competentes, e conselhos superiores, quando oportuno.

2.3. Experiência Profissional, de Magistério e de Gestão Acadêmica da Coordenadora do Curso

A Professora Dra. Carolina Assed Ferreira é Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2011), Mestre em Direito (2006) e graduada em Direito (2003) pela Faculdade de História, Direito e Serviço Social - UNESP – Franca.

Tem experiência profissional desde 2004 e de magistério desde 2006. Atua como coordenadora desde setembro de 2011.

2.4. Regime de Trabalho e Carga Horária da Coordenadora do Curso

A Coordenadora do Curso de Direito designado pela Reitoria, trabalha em regime de dedicação em tempo Integral 40 horas semanais, sendo 30 horas destinada à coordenação do Curso, atendendo e desempenhando as funções inerentes ao cargo.

Cabe à Coordenadoria do Curso, dentre outras atribuições estabelecidas no Regimento Geral do Centro Universitário, o acompanhamento e a coordenação de todas as atividades do curso, diagnosticando possíveis problemas e buscando estratégias de solução, além de executar e fazer executar as demais decisões e normas emanadas dos Órgãos Colegiados Superiores.

2.5. Titulação do Corpo Docente do Curso

O Centro Universitário Moura Lacerda tem como política a contratação e reposição de professores com considerável experiência profissional e docente, aliada a uma sólida formação acadêmica.

Tendo em vista sua missão, visão e o caráter fortemente vocacional de seus currículos, a prioridade em termos de composição do corpo docente é para docentes que atuem profissionalmente nas áreas em que lecionam, porém, considerando a sua titulação acadêmica. A Instituição busca combinar estes indicadores com outros fatores, tais como: pluralidade de origem institucional onde se formaram os docentes e equilíbrio em termos de faixa etária, com participação de jovens que iniciam sua trajetória acadêmica ao longo dos últimos cinco anos e outros docentes mais experientes.

Há uma efetiva preocupação com a aderência dos professores em relação aos conteúdos ministrados; os docentes são incentivados, durante as reuniões acadêmico-pedagógicas, pelas coordenações dos cursos de graduação, à socialização de suas experiências profissionais e acadêmicas com os demais colegas. Essa transferência de conhecimento e análise crítica dos planos de ensino das respectivas disciplinas proporcionam, uma oportunidade ímpar para atualização dos conteúdos e conseqüente; aprimoramento do processo de ensino – aprendizagem.

A Instituição acredita ser fundamental compor seu quadro docente com professores que estejam afinados com a estrutura institucional e com seus objetivos mais legítimos, que acabam por se constituir como identidade do seu Projeto Pedagógico Institucional. Ou seja, um grupo de docentes que não apenas se identifica com este Projeto Pedagógico como, também, contribui de forma vigorosa para seu aperfeiçoamento e gradual eficácia teórica e metodológica.

A referência a essa aderência do perfil docente em face da concepção do Projeto Pedagógico é relevante na medida em que este é socialmente construído e um de seus atores principais é exatamente o grupo de professores que o realiza cotidianamente, a partir de suas próprias perspectivas sobre a educação. São as competências e habilidades do corpo docente que, afinal, tornam concreto o que é apenas intenção. Projetos Pedagógicos e

currículos deixam de ser abstrações apenas quando se materializam em forma de práticas e resultados alcançados.

O Corpo Docente do Curso, atualmente, é composto por 22 professores sendo: 4 Doutores (18%), 15 Mestres (68%) e 3 Especialistas (14%), conforme tabela a seguir:

Professor	Titulação
Ana Carolina Pedrosa Massaro	Especialização
Anderson Salvador Romanello	Mestrado
Antônio Carlos Oliveira	Especialização
Carla Alessandra Moreira Damasceno de Oliveira	Mestrado
Carolina Assed Ferreira	Doutorado
Célia Regina Vieira de Souza-Leite	Doutorado
Eva Haig Adourian Colombo Arnoldi	Mestrado
Fabiano Carvalho	Mestrado
Fabício Souza Garcia	Mestrado
Franco Aurélio Rodini Garcia	Mestrado
Guilherme Ortolan Júnior	Doutorado
Jaime Leandro Bulos	Mestrado
Jamile Coelho Moreno	Mestrado
José Jorge Abdulmassih Vessi	Mestrado
Laís Vieira Cardoso	Mestrado
Leisa Boreli Prizon	Mestrado
Lúcio Alberto Eneas da Silva Ferreira	Mestrado
Marcelo Franco	Mestrado
Mônica Agda de Souza Alario	Doutorado
Roberto de Assis Matos	Especialização
Soraia Cochoni Achicar	Mestrado
Thais Del Monte	Mestrado

2.6. Titulação do Corpo Docente do Curso (percentual de doutores)

O corpo docente é integrado por 18% de doutores sendo eles:

- Profa. Dra. Carolina Assed Ferreira
- Profa. Dra. Célia Regina Vieira de Souza-Leite
- Prof. Dr. Guilherme Ortolan Júnior
- Profa. Dra. Mônica Agda de Souza Alario

2.7. Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso

O Regime de Trabalho, está assim distribuído: 23% em Regime de Tempo Integral, 18% em Regime de Tempo Parcial e 59% Horistas, como segue:

Professor	Regime de trabalho
Ana Carolina Pedrosa Massaro	Parcial
Anderson Salvador Romanello	Integral
Antônio Carlos Oliveira	Horista
Carla Alessandra Moreira Damasceno de Oliveira	Horista
Carolina Assed Ferreira	Integral
Célia Regina Vieira de Souza-Leite	Integral
Eva Haig Adourian Colombo Arnoldi	Horista
Fabiano Carvalho	Horista
Fabício Souza Garcia	Horista
Franco Aurélio Rodini Garcia	Parcial
Guilherme Ortolan Júnior	Horista
Jaime Leandro Bulos	Parcial
Jamile Coelho Moreno	Horista
José Jorge Abdulmassih Vessi	Integral
Laís Vieira Cardoso	Horista
Leisa Boreli Prizon	Horista
Lúcio Alberto Eneas da Silva Ferreira	Horista
Marcelo Franco	Horista
Mônica Agda de Souza Alario	Horista
Roberto de Assis Matos	Horista
Soraia Cochoni Achicar	Integral
Thais Del Monte	Parcial

2.8. Experiência Profissional do Corpo Docente

O corpo docente, além de titulação e comprovada experiência acadêmica, possuem experiência profissional, sendo reconhecidos no mínimo regionalmente pela qualidade de seu trabalho.

2.9. Experiência de Magistério Superior do Corpo Docente

O corpo docente tem experiência no magistério superior comprovada, sendo reconhecidos no mínimo regionalmente pela qualidade de seu trabalho.

2.10. Funcionamento do Colegiado do Curso

No Colegiado de Curso são discutidos os objetivos e metas acadêmicas, projetos e atividades de ensino que deverão ser desenvolvidas ao longo do período letivo. O Coordenador do curso juntamente com os professores que o compõem, exercem as seguintes funções:

- Supervisionam a implantação das ementas e planos de curso das disciplinas, bem como as convenientes reformulações, quando necessárias, que encaminhadas ao NDE, para recomendação ao CEPEX, quando deliberadas, são colocadas em prática por meio deste Colegiado.
- Definem as competências e aptidões consideradas como pré-requisitos ao aproveitamento do curso, e provêm situações para o seu desenvolvimento;
- Promovem estudos sobre egressos do curso no mercado de trabalho local e regional, com vistas à permanente atualização curricular e dos conteúdos programáticos;
- Decidem sobre pedidos de reconsideração de resultados da avaliação de trabalho acadêmico e de promoção de alunos;
- Reavaliam e decidem sobre casos de adaptações, aproveitamento de estudos, dispensa de disciplinas, transferência de qualquer natureza, trancamento e cancelamento de matrícula, mediante requerimento do interessado, instruído das informações dos setores competentes;
- Designam banca examinadora especial para verificação de provas finais de alunos com extraordinário aproveitamento no estudo, com objetivo de abreviação de duração de seus estudos;
- Avaliam e documentam dentro das normas Regimentais o desempenho do curso.

O Colegiado se reúne em sessão ordinária uma vez a cada semestre letivo, e, em sessão extraordinária, sempre que for convocado pelo Coordenador do Curso, ou por um terço de seus membros, ou por solicitação da Reitoria e, ainda, aplicam-se a ele as seguintes normas:

- O Colegiado funciona, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta de seus membros, e, em segunda convocação, com qualquer número, e decide com a maioria simples;

- As reuniões são convocadas com antecedência mínima de 48 horas, constando da convocação a pauta dos assuntos;
- Das reuniões são lavradas atas assinadas pelo secretário e pelo presidente, após leitura e aprovação pelos membros;
- As decisões do Colegiado, dependendo da natureza, são encaminhadas à deliberação do NDE e dos órgãos superiores;

O Colegiado do Curso é composto pelos seguintes membros:

- Prof. Ma. Ana Carolina Pedrosa Massaro
- Prof. Esp. Antônio Carlos de Oliveira
- Profa. Dra. Carolina Assed Ferreira
- Profa. Ma. Eva Haig Adourian Colombo Arnoldi
- Prof. Me. Marcelo Franco
- Prof. Esp. Roberto de Assis Mattos
- Profa. Ma. Soraia Cochoni Achicar
- Telma Bísaro (representante discente)

2.11. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica

A Produção Científica, Técnica e Cultural do corpo docente do Curso de Direito está alinhadas à atividade profissional e acadêmica de cada um.

A Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação incentiva os alunos bolsistas de Iniciação Científica (PIC) mantidos pelo Centro Universitário Moura Lacerda, ou, os dos cursos de Especialização Lato-sensu, MBA e do Mestrado em Educação no sentido de possibilitar a participação e publicação dos trabalhos em Congressos Científicos como, também, organiza anualmente o Simpósio de Produção Científica com a finalidade de socializar os resultados dessa produção.

O Simpósio de Produção Científica tem por objetivo oportunizar aos docentes, alunos e ex-alunos da graduação e pós-graduação a divulgação seus trabalhos, resultantes de Projetos de Iniciação Científica, Trabalhos de Conclusão de Cursos, pesquisas desenvolvidas durante os cursos de Especialização e Mestrado.

Esse evento tornou-se tradicional e no ano de 2017 está na sua 16ª edição, o que demonstra o sucesso que vem atingindo, expresso também pelo número de trabalhos inscritos, diversidade de temas desenvolvidos e efetiva participação da comunidade interna e, principalmente, externa.

Assumindo o compromisso institucional de agente no processo de ensino, pesquisa e Extensão, o Centro Universitário Moura Lacerda vem desde 1993 desencadeando uma política de incentivo a pesquisa entre docentes e discentes. Para a divulgação, mantém publicações impressas, eletrônicas e digitais. Esse repertório se consolidou ao longo dos anos e se constitui em um importante meio de divulgação dos pesquisadores de instituições regionais, nacionais e internacionais, estimulando o diálogo e o debate entre a comunidade acadêmica e a sociedade. O Setor de Publicações do CUML possui uma Comissão de Publicações que organiza, dentre outras: a Revista Montagem, qualificada B3 Qualis/CAPES (ISSN 0104-4826), a Revista Plures Humanidades, qualificada B3 pelo Qualis/CAPES (ISSN 1518-126X), e a Revista Primeiros Passos (ISSN 1519-6763).

2.12. Articulação do Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado de Curso com os Colegiados Superiores da Instituição

A atuação dinâmica da estrutura descrita na realização de suas competências leva a desenvolver continuamente a integração entre seus diversos órgãos. Exemplificando, podemos citar o encaminhamento de projetos de reformulação curricular, de alterações de normas regimentais, de expansão e modificação da oferta de vagas, dentre outras, que, após análise e discussão no Núcleo Docente Estruturante, são enviados, formalmente à deliberação dos órgãos superiores, que após decisão final, determinam as providências administrativas cabíveis.

Como reflexo da política institucional, é permitido aos coordenadores de curso, não só o encaminhamento de projetos, mas a sua defesa perante os Conselhos Superiores, quando convidados a participar das suas reuniões

O desenvolvimento das atividades também se dá, no sentido inverso, por meio de decisões emanadas dos Conselhos Superiores, de acordo com a política da Instituição, sem prévia convocação do Núcleo Docente Estruturante, cumprindo a este, implementá-las no âmbito do curso, segundo as diretrizes recebidas, dando-lhes plena execução.

A estrutura organizacional do Centro Universitário Moura Lacerda é, em linhas gerais, a seguinte: A Administração Superior é exercida por órgãos deliberativos e normativos, e por órgão executivo.

Os órgãos deliberativos e normativos são:

- O Conselho Universitário (CONSU);
- O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX).

O órgão executivo é a Reitoria, com funções de coordenação e supervisão do Centro Universitário, exercida por um Reitor, com mandato de dois anos. A ela se integra a Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos, Pró-Reitoria de Assuntos Administrativos, pelos Órgãos Suplementares e Assessorias.

A Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos é integrada pelas Coordenadorias dos Cursos de Graduação, dos Cursos Sequenciais, dos cursos Superiores de Tecnologia, das coordenadorias de Extensão, de Pesquisa e Pós-Graduação, e pela Secretaria de Controle e Registro Acadêmico.

A Pró-Reitoria de Assuntos Administrativos é integrada pelas Coordenadorias Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos.

Ao Conselho Superior Universitário (CONSU) é destinado traçar a política do Centro Universitário, sendo órgão máximo de natureza deliberativa e normativa. É constituído pelo Reitor, que o preside, por representantes das coordenadorias de curso, corpo técnico-administrativo, corpo discente, mantenedora e um representante da comunidade.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) possui atribuições deliberativas, normativas e consultivas; é o órgão central de supervisão das atividades de ensino, pesquisa e extensão. É integrado pelo Reitor, três professores de cada categoria docente, dois coordenadores de curso de graduação e um representante do corpo discente.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o Colegiado de curso são articulados aos Conselhos Superiores.

3. INFRAESTRUTURA

O Curso de Direito funciona no edifício sede do Centro Universitário Moura Lacerda, que ocupa uma área de 18.000 m², com 77 salas de aula, laboratórios de apoio para as várias áreas de conhecimento, além de 2 laboratórios de informática. Possui ainda, 11 (onze) Núcleos de Atendimento Comunitário, espaço próprio para o Programa de Mestrado em Educação, reconhecido pelo MEC e recomendado pela CAPES e 1(um) Auditório Ilka de Moura Lacerda, com capacidade para 200 lugares (unidade sede), devidamente provido de equipamentos para videoconferência e demais recursos audiovisuais; 1(um) auditório com capacidade para 100 pessoas (unidade campus); além de toda a infraestrutura técnico-administrativa necessária e área de convivência apropriada ao corpo discente do Centro Universitário.

As instalações do Centro Universitário possuem adequados sistemas de iluminação e ventilação favorecendo a natureza da atividade desenvolvida no setor e ao número de pessoas nela previsto.

O Centro Universitário conta com equipe de limpeza própria para a execução de serviços em instalações específicas, havendo especial atenção quanto a proteção dos funcionários a exposição à fatores de risco. Além desta equipe, conta ainda com uma empresa terceirizada, a Resolv Serviços Autorizados Especializados em Limpeza, que é responsável pelo serviço de limpeza na maior parte das instalações da Instituição.

Possui ainda, equipes de manutenção e conservação, estruturadas e integradas, que mantêm as instalações em condições adequadas para utilização. Além destas equipes próprias, os serviços de manutenção dos equipamentos especiais, quando necessário, são terceirizados para empresas da cidade e região, para garantir a qualidade do serviço e o perfeito funcionamento dos equipamentos para as atividades de ensino e pesquisa.

As pequenas reformas e adaptações das instalações existentes são realizadas por uma equipe própria, sob supervisão e responsabilidade técnica do Departamento de Engenharia. Expansões maiores e grandes reformas são projetadas pelo mesmo Departamento, juntamente com o setor administrativo, e as etapas de supervisão e responsabilidade técnica ficam a cargo das empresas terceirizadas, contratadas para realização destes serviços.

A estrutura física específica e os recursos materiais disponíveis ao curso foram dimensionados de forma a atender a proposta curricular, em número de salas de aula e

laboratórios, privilegiando atividades pedagógicas de boa transmissão do conteúdo das disciplinas, como também, demais atividades previstas no Projeto Pedagógico do Curso.

No que se refere à segurança pessoal e material dos espaços físicos, cumpre ressaltar que a Instituição desenvolve uma política global, tendo em vista os riscos naturais da atividade científica e especialmente laboratorial, com vistas a garantir a segurança ambiental e da comunidade, a preservação da saúde do pessoal técnico envolvido no serviço, dos docentes e dos alunos que participam das atividades. Para tanto, desenvolvem-se ações de prevenção, educação e fiscalização que têm em vista as peculiaridades de cada setor laboratorial envolvido.

3.1. Gabinete de Trabalho para Professores Tempo Integral – TI

O Curso de Direito funciona no edifício sede do Centro Universitário Moura Lacerda, que ocupa uma área de 18.000 m², com 100 salas de aula, laboratórios de apoio para as várias áreas de conhecimento, além de 5 laboratórios de informática. Possui ainda, 11 (onze) Núcleos de Atendimento Comunitário, espaço próprio para o Programa de Mestrado em Educação, reconhecido pelo MEC e recomendado pela CAPES e 1(um) Auditório Ilka de Moura Lacerda, com capacidade para 200 lugares (unidade sede), devidamente provido de equipamentos para videoconferência e demais recursos audiovisuais; 1(um) auditório com capacidade para 100 pessoas (unidade campus); além de toda a infraestrutura técnico-administrativa necessária e área de convivência apropriada ao corpo discente do Centro Universitário.

As instalações do Centro Universitário possuem adequados sistemas de iluminação e ventilação favorecendo a natureza da atividade desenvolvida no setor e ao número de pessoas nela previsto.

O Centro Universitário conta com equipe de limpeza própria para a execução de serviços em instalações específicas, havendo especial atenção quanto a proteção dos funcionários a exposição à fatores de risco. Além desta equipe, conta ainda com uma empresa terceirizada, a Resolv Serviços Autorizados Especializados em Limpeza, que é responsável pelo serviço de limpeza na maior parte das instalações da Instituição.

Possui ainda, equipes de manutenção e conservação, estruturadas e integradas, que mantêm as instalações em condições adequadas para utilização. Além destas equipes

próprias, os serviços de manutenção dos equipamentos especiais, quando necessário, são terceirizados para empresas da cidade e região, para garantir a qualidade do serviço e o perfeito funcionamento dos equipamentos para as atividades de ensino e pesquisa.

As pequenas reformas e adaptações das instalações existentes são realizadas por uma equipe própria, sob supervisão e responsabilidade técnica do Departamento de Engenharia. Expansões maiores e grandes reformas são projetadas pelo mesmo Departamento, juntamente com o setor administrativo, e as etapas de supervisão e responsabilidade técnica ficam a cargo das empresas terceirizadas, contratadas para realização destes serviços.

A estrutura física específica e os recursos materiais disponíveis ao curso foram dimensionados de forma a atender a proposta curricular, em número de salas de aula e laboratórios, privilegiando atividades pedagógicas de boa transmissão do conteúdo das disciplinas, como também, demais atividades previstas no Projeto Pedagógico do Curso.

No que se refere à segurança pessoal e material dos espaços físicos, cumpre ressaltar que a Instituição desenvolve uma política global, tendo em vista os riscos naturais da atividade científica e especialmente laboratorial, com vistas a garantir a segurança ambiental e da comunidade, a preservação da saúde do pessoal técnico envolvido no serviço, dos docentes e dos alunos que participam das atividades. Para tanto, desenvolvem-se ações de prevenção, educação e fiscalização que têm em vista as peculiaridades de cada setor laboratorial envolvido.

3.2. Espaço de Trabalho para Coordenação do Curso e Serviços Acadêmicos

Os coordenadores possuem ambiente especial de trabalho, divididos em modernas repartições funcionais, tornando uma sala agradável e favorecendo a integração das relações pessoais no âmbito acadêmico.

Todas as coordenações de curso possuem mobiliário próprio, mesa, cadeiras, linha telefônica, computador ligados em rede e acesso web local e externo, do software de gestão acadêmico e administrativo.

Os serviços acadêmicos são realizados com o suporte do Núcleo de Apoio, anexo à sala de coordenação, com uma equipe treinada para realização de apoio ao estudante / coordenador como: aproveitamento de estudos, matrícula, horários, requerimentos especiais, consulta e informações diversas.

No pavimento superior encontra-se uma ampla sala de professores, com computadores individuais para uso dos professores, armários individuais, secretária, copa e sanitários.

3.3. Sala dos Professores

A sala dos professores possui boa iluminação interna e luz natural. Possui computadores conectados à internet e para as necessidades da rotina acadêmica, computador para serviços administrativos, armários individuais, mesa de trabalho para os docentes.

3.4. Salas de Aula

As salas de aula utilizadas pelo Curso de Direito são: A8/9, A16, A17, A27, A29, B4/5, C1, C2, C3, C4, C5 e G3.

3.5. Acesso de Alunos a Equipamentos de Informática

Atualmente, o Centro Universitário conta com 201 equipamentos de informática (microcomputadores, notebooks e Thin Clients) distribuídos em 8 laboratórios e 4 salas ambiente das Unidades I, II e III, com o intuito de atender ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão. O modelo de distribuição de alunos utilizado nos referidos espaços diversifica entre 1 aluno para 1 equipamento e 2 alunos para 1 equipamento. Esses equipamentos contemplam médio e alto processamento e possuem softwares globais (Windows, Office, Project Visio e Leitor de PDF) e específicos (Adobe, Corel e Autodesk), para atender às necessidades dos cursos.

A atualização dos aplicativos dá-se anualmente por meio de contrato de subscrição com a Microsoft e Adobe (para os comerciais), e semestralmente para os freewares. Antes de tais atualizações, as verificações de necessidade de atualização de hardware são executadas, e caso necessário, são desenvolvidos os planos de investimentos e cronogramas que são encaminhados para a Diretoria da Instituição Universitária Moura Lacerda.

Alguns laboratórios e salas ambiente oferecem conectividade wireless com acesso à Internet, cujo intuito é conectar os notebooks móveis, quando utilizados, à rede de dados e também oferecer acesso à internet aos alunos que desejam utilizar seu próprio equipamento (metodologia BYOD) nas aulas. Os laboratórios e salas ambiente que contemplam essa conectividade são:

3.5.1. Laboratórios de Informática(Apoio)

Descrição	Área (m²)	Localização	Capacidade de alunos
Laboratório de Informática	140	Unidade I	66
Laboratório de Informática	72	Unidade I	40
Laboratório de Informática	80	Unidade I	36
Laboratório de Informática	84	Unidade I	50
Laboratório de Informática	146	Unidade I	80
Sala Ambiente	70	Unidade I	14
Sala Ambiente	130	Unidade I	50
Sala Ambiente	130	Unidade I	50
Sala Ambiente	130	Unidade I	60
Laboratório de Informática	90	Unidade II	60
Laboratório de Informática	45	Unidade II	40
Laboratório de Informática	45	Unidade III	30
Biblioteca	30	Unidade I	12
Biblioteca	16	Unidade II	4

A conectividade wireless também é obtida em algumas áreas comuns, como pátios, corredores e cantinas. Todas são identificadas com placas de comunicação visual informando conexão wireless no espaço.

O Núcleo de Informática, subsetor do Núcleo de Tecnologia da Informação, é responsável pela conservação e zelo dos equipamentos disponibilizados nesses espaços, efetuando manutenções, reparos e ajustes técnicos.

3.5.2. Recursos de Informática na Área Administrativa

Distribuição de Microcomputadores por Unidade

Setores	Unidade I	Unidade II	Unidade III	Total
Área Acadêmica	86	89	35	210
Área Administrativa	140	25	6	160
Total	226	114	41	380

3.6. Biblioteca

O Centro Universitário possui uma Biblioteca Central, Biblioteca “Josefina de Souza Lacerda”, localizada na Rua João Ramalho, 508, junto à Unidade I – Sede, e duas Bibliotecas Setoriais, localizadas nas Unidades II e III – Campus Ribeirão Preto e Jaboticabal, respectivamente.

O acervo atende às áreas das ciências da terra, humanas e sociais, exatas, saúde, letras e artes. É formado por obras de referência (dicionários, enciclopédias, bibliografias especializadas, guias, etc.), livros, periódicos científicos, monografias, dissertações, teses e outros suportes como CDs, vídeos, mapas, catálogos, jornais e revistas. Em convênio com o Comut (Sistema de Comutação Bibliográfica), possibilita a toda a comunidade a localização de títulos e artigos disponíveis em outras bibliotecas integradas. Ainda é possível o acesso à Base de Dados Eric, onde se encontram várias referências bibliográficas com resumos, além de vários títulos de publicações educacionais. O acesso ao Portal da CAPES para pesquisa científica é liberado a todo o corpo discente e não somente à pós-graduação.

Também estão disponibilizados na Biblioteca:

- Hemeroteca (recortes de artigos de jornais);
- Videoteca;
- Setor de periódicos (revistas, jornais, boletins);
- Biblioteca virtual (Plataforma Minha Biblioteca);
- Espaço de informática (disponibilizado para uso dos alunos, com acesso à internet);
- Guarda-volumes;
- Salas de estudo individuais, coletivas e salão para leitura;
- Terminais para consulta do acervo.

Para fazer uso dos recursos oferecidos, é necessário que seja solicitado o cartão de identificação, em qualquer uma das bibliotecas do CUML.

3.7. Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas

No desenvolvimento de seu projeto acadêmico, buscando viabilizar para o corpo discente a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, o Centro Universitário Moura Lacerda inseriu em sua estrutura organizacional, os Núcleos de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Cabe aos Núcleos, entendidos como centros de desenvolvimento, a aplicação e prestação de serviços à comunidade, fortalecendo, através dessa atividade, o incentivo e a investigação científica, a capacitação e o desenvolvimento profissional e, em última instância, o ensino, a pesquisa e a extensão nas diversas áreas de conhecimento oferecidas pelo Centro Universitário Moura Lacerda.

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), sob a coordenação da Profa. Ms. Soraia Cochoni Achicar, propicia ao aluno a prática dos atos processuais, por meio de várias atividades jurídicas. A esse núcleo estão vinculados o Escritório de Assistência Judiciária (EAJ) e o Juizado Especial Cível.

O Escritório de Assistência Judiciária (EAJ) sob a supervisão da Coordenadoria do NPJ, conta com dois advogados, Antônio Carlos da Fonseca Robazza e Fernanda Carneiro Bueno. O EAJ possibilita ao aluno uma atuação desde o atendimento ao cliente (triagem) até o acompanhamento integral do processo iniciado.

O Juizado Especial Cível é supervisionado pelo Diretor do Juizado Especial Cível da Comarca de Ribeirão Preto e professor do CUML, Roberto de Assis Matos e pelo juiz titular MM. Dr. Vinicius Rodrigues Vieira. Por meio dele o aluno consegue atuar e aprender desde o atendimento da reclamação, reduzindo-a a termo inicial, protocolo, autuação do processo, designação de data de audiência de conciliação, instrução de citações e/ou notificações, participação efetiva das audiências de conciliação e audiências de Instrução, estas presididas pelo juiz titular da 4a Vara Criminal da Comarca de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, MM. Dr. Lucio Alberto Enéas Silva Ferreira, também docente do CUML.

Em 2018 o CUML passou a disponibilizar o espaço para o desenvolvimento da Oficina de Pais e Filhos, fruto da parceria feita entre o Curso de Direito do CUML e as psicólogas judiciárias, Regina Célia Borsato Lima e Sandra Simonne Rossi Felipe e o Juiz de Direito da

Infância e da Juventude e do Idoso, Dr. Paulo Cesar Gentile, Coordenador do Programa de Oficinas Pais e Filhos.

A Oficina de Pais e Filhos é um programa educacional, preventivo e multidisciplinar, direcionado às famílias que enfrentam a fase de reestruturação familiar, motivada pela ruptura do laço conjugal dos pais, com o intuito de auxiliar todos os seus integrantes a superarem as eventuais dificuldades inerentes a esta fase, sem maiores traumas, sobretudo para os filhos.

A Oficina foi projetada para ser executada em um único encontro, com duração de cerca de quatro horas, com explanações feitas por expositores, apresentação de slides e vídeos, espaço para questionamentos e discussões e atividades lúdicas, esta última na Oficina de Filhos.

O público alvo é composto por pais e mães que apresentam algum conflito – jurisdicionalizado ou não – relacionado ao exercício da parentalidade (divórcio, dissolução de união estável, regulamentação ou alteração de guarda, regulamentação ou alteração de sistema de convivência etc.) e os respectivos filhos menores, de seis a dezessete anos de idade.

O trabalho desenvolvido pela Oficina de Pais e Filhos é alicerçado na constante busca da reafirmação dos Direitos Humanos dos entes pertencentes a uma família em crise conjugal. Com efeito, quer-se preservar – ou, em alguns casos, restabelecer – a dignidade e a autoestima dos pais, auxiliando-os a conduzir a separação familiar de maneira tal que os filhos sejam menos impactados em sua fragilidade e vulnerabilidade, a fim de mantê-los psicologicamente saudáveis.

O projeto em voga tem por escopo viabilizar e fomentar o diálogo entre os genitores, o que evita de forma significativa a propositura de demandas judiciais embasadas puramente em frustrações e rancores, e, por vezes, atenua possíveis posturas alienadoras, capazes de usurpar o convívio sadio dos filhos com ambos os pais.

Essa atividade é também de interesse do Núcleo de Direitos Humanos do Centro Universitário Moura Lacerda pelos inegáveis benefícios gerados, visto que a Instituição de Ensino atuaria como incentivadora e propulsora da Cultura de Paz tão almejada pela doutrina dos Direitos Humanos.

3.8. Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades de arbitragem, negociação e mediação

Quando há demanda de atividades de arbitragem, negociação e mediação, a ação é realizada na IES em parceria com o grupo ConversAções . O ConversAções é um Instituto de Mediação de Conflitos e Facilitação de Diálogos constituído em 2006 e tem como objetivo o trabalho nas relações interpessoais e intergrupais.

3.9. Plano de Promoção de Acessibilidade e de Atendimento Diferenciado a Portadores de Necessidades Especiais (Decreto nº 5.296/04 e Decreto nº 5.773/06). Infraestrutura Planejada para Portadores de Necessidades Especiais

O Centro Universitário Moura Lacerda vem demonstrando, há anos, sua preocupação com a questão da inclusão de alunos em seus meios educacionais.

Desde 1993 vem se envolvendo com o tema de acessibilidade a pessoas com deficiências nas universidades, a ponto de ser a única Instituição de Ensino Superior a apresentar trabalho no Congresso Nacional sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo promovido pela ABEA – Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo, na cidade de Salvador-BA, em 1993, e, no Congresso Ibero-Americano de 1994.

Toda essa preocupação de anos resultou em diversas adaptações físicas de nossa Instituição em seus três *Campi* – Sede (Unidade I), *Campus* Ribeirão Preto (Unidade II) e *Campus* Jaboticabal (Unidade III), buscando oferecer uma melhor condição de infraestrutura aos integrantes da vida universitária, no que se refere à movimentação e utilização dos espaços e mobiliários disponíveis.

Hoje, as dependências de todos os prédios, laboratórios e bibliotecas do Centro Universitário Moura Lacerda são acessíveis a pessoas com dificuldades de locomoção e movimentação, em condições ideais ou em condições adaptadas.

Algumas dessas intervenções foram feitas utilizando-se as Normas Brasileiras e estudos técnicos das edificações, com mais de 30 anos. Em outros casos, esse conceito de desenho universal já faz parte do projeto, respeitando as limitações de diversas características e usuários.

O Centro Universitário Moura Lacerda foi a única Instituição de Ensino Superior do interior que participou, durante os anos de 2000 a 2003, da Revisão da NBR-9050 da ABNT,

que estabelece os parâmetros da acessibilidade ao meio físico para pessoas com deficiência, por meio do Coordenador de seu Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Embora a Instituição não tenha tradição em possuir alunos com dificuldades de movimentação, considera necessário universalizar o uso de suas dependências, tanto para alunos quanto professores e funcionários.

Muito mais do que atender ao Decreto 5.296/04 e ao Decreto 5.773/06, o Centro Universitário Moura Lacerda assume seu papel social de instituição de ensino, oferecendo a Inclusão a todos na educação, trabalhando questões técnicas e pedagógicas da acessibilidade.

Em atenção à Lei 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, em 2016 o Centro Universitário Moura Lacerda criou o **NUACE – Núcleo de Acessibilidade da Pessoa com Deficiência**, composta por uma equipe multidisciplinar que tem como objetivo, estudar, orientar e propor ações que promovam a acessibilidade, abrangendo soluções arquitetônicas, de comunicação, tecnológica, atitudinais e de aprendizagem acadêmica.

Após a criação do NUACE e dando continuidade à política de inclusão no intuito de garantir o acesso e permanência das pessoas com deficiência na Instituição, o Núcleo têm promovido diversas ações no sentido de eliminar barreiras, buscando soluções e apresentando propostas de promoção de acessibilidade junto aos estudantes, docentes e funcionários do Centro Universitário.

Nos anos de 2016 e 2017, em termos de acessibilidade atitudinais, foram realizadas palestras de esclarecimento e sensibilização com os docentes no “Moura Lacerda Atualiza” nas Semanas de Planejamento Docente, palestras informativas e de sensibilização com os funcionários, no PROCAP – Programa de Capacitação, além da oferta de bolsas de Estudos para docentes e funcionários no Curso de Extensão em Educação Inclusiva, com carga horária de 180h ofertado em 2017/2018.

Em termos de acessibilidade de comunicação foram realizadas adequações no processo vestibular para ingresso das pessoas com deficiência, para identificação, atendimento e efetivação de matrículas.

Quanto à acessibilidade arquitetônica, a Instituição continua investindo no trabalho de eliminação de barreiras arquitetônicas de modo a garantir a mobilidade e a autonomia dos estudantes nas dependências de todos os prédios, laboratórios e bibliotecas do Centro Universitário Moura Lacerda, em condições ideais ou em condições adaptadas. Sendo que no

Campus II existe a garantia de acesso ao serviço de van adaptada para garantir a mobilidade dentro do Campus.

No segundo semestre de 2016, o NUACE – Núcleo de Acessibilidade do Centro Universitário Moura Lacerda, realizou uma pesquisa de levantamento de pessoas com deficiência juntos aos estudantes matriculados nos Curso de Graduação e teve como objetivo fazer um mapeamento dos alunos com deficiência na Unidade I – Sede, Unidade II – Campus e Unidade III – Jaboticabal, com a finalidade de melhorar as condições de acesso e permanência dos estudantes do Centro Universitário no ensino superior.

A partir de 2018 após pouco mais de uma ano e meio da sua criação entramos em uma nova fase do Núcleo, no sentido de efetivar ações mais sistematizadas, de modo a garantir cada vez mais o acesso e permanência das pessoas com deficiência nesta instituição de educação superior. Para tanto implantamos um espaço físico para realizarmos reuniões, atendermos estudantes e docentes dos cursos, planejarmos ações, realizarmos pesquisas e viabilizar os trabalhos do NUACE.

3.10. Equipamentos de Segurança

Os equipamentos de proteção individual fornecidos são:

Óculos de proteção, luvas de procedimento, luvas de látex/nitrílica, máscaras de proteção, máscaras contra vapores, calçados de segurança, luvas de raspas, aventais plúmbricos, luvas plúmbricas, protetores de tireóide, dosímetros, boné com touca árabe, botas de borracha, protetores auriculares, avental de raspa/PVC, mangote de raspa.

3.11. Normas e Procedimentos de Segurança

O sistema de vigilância e segurança patrimonial é efetuada por uma empresa terceirizada *Space* Vigilância e Segurança Ltda. No que se refere à segurança pessoal e material dos diversos laboratórios, cumpre ressaltar que o Centro Universitário possui uma política global que, tendo em vista os riscos naturais da atividade científica e especialmente laboratorial, desenvolve atividades com vistas a garantir a segurança ambiental e da comunidade, a preservação da saúde do pessoal técnico envolvido no serviço, e dos docentes e dos alunos que participam das atividades. Para tanto, desenvolvem-se ações de prevenção, educação e fiscalização que têm em vista as peculiaridades de cada setor laboratorial envolvido.

Possuem adequação da estrutura física quanto ao espaço, ventilação, exaustão e iluminação, voltada para todo o tipo de atividade e o número de pessoas nela prevista.

O Centro Universitário foi incluído no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais da Unimed Saúde, empresa especializada na prestação de serviços de Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho.

Este programa inclui:

- Realização de treinamentos com os funcionários sobre prevenção de acidentes do trabalho;
- Fixação das normas e procedimentos de segurança a serem adotados nos diferentes ambientes de trabalho;
- Organização da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes);
- Estratificação dos riscos de acordo com o tipo de local e atividade;
- Fornecimento e fiscalização do uso de Equipamentos de Proteção Individual aos usuários conforme recomendações da NR-06 da Portaria 3.214/78;
- Realização de exames médicos com os funcionários, conforme recomendação da NR-07, da Portaria 3.214/78;
- Instalação de equipamentos de combate a incêndio, conforme recomendações da NR-23, da Portaria 3.214/78;
- Elaboração de Laudo Técnico das condições do ambiente de trabalho de acordo com a Instrução Normativa n.118, de 14 de abril de 2005, INSS/DC (ARTIGO 186) D.O.U. de 18/04/2005.